

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	37

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	102
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	105

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	68.888
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>68.888</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2011	Dividendo	13/05/2011	Ordinária		0,99654

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.974.815	1.717.014
1.01	Ativo Circulante	178.574	229.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.934	76.906
1.01.03	Contas a Receber	129.795	91.130
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	129.795	91.130
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	129.795	91.130
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.857	8.828
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.857	8.828
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	9.857	8.828
1.01.07	Despesas Antecipadas	266	130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.722	52.299
1.01.08.03	Outros	20.722	52.299
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	20.129	51.962
1.01.08.03.02	Outros Créditos	593	337
1.02	Ativo Não Circulante	1.796.241	1.487.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	375.355	420.111
1.02.01.03	Contas a Receber	114	120
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	114	120
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	371.000	416.000
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	371.000	416.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.241	3.991
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.241	3.991
1.02.02	Investimentos	1.415.224	1.061.581
1.02.02.01	Participações Societárias	1.415.224	1.061.581
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.415.224	1.060.528
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1.053
1.02.03	Imobilizado	5.341	5.676
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.341	5.676
1.02.04	Intangível	321	353
1.02.04.01	Intangíveis	321	353

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.974.815	1.717.014
2.01	Passivo Circulante	126.362	157.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.553	5.468
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.553	5.468
2.01.02	Fornecedores	1.116	183
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.116	183
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.858	1.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	116.727	81.436
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116.727	81.436
2.01.05	Outras Obrigações	1.108	69.617
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	948	835
2.01.05.02	Outros	160	68.782
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13	13
2.01.05.02.05	Outros	147	119
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.02	Outras Obrigações	356.000	356.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	356.000	356.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	356.000	356.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.492.453	1.203.069
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	922.600	676.257
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	134.695	284.851	84.736	209.200
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.913	-16.137	-3.622	-13.904
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-2.889	-10.520	-2.087	-8.586
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.399	-4.202	-1.510	-3.954
3.04.02.03	Tributárias	-625	-1.415	-25	-1.364
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	840	5.023	458	2.204
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	138.768	295.965	87.900	220.900
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	134.695	284.851	84.736	209.200
3.06	Resultado Financeiro	951	6.761	4.473	8.013
3.06.01	Receitas Financeiras	16.018	48.289	16.488	39.444
3.06.01.01	Receitas Financeiras	16.098	48.358	16.491	39.412
3.06.01.02	Variação cambial, líquida	-80	-69	-3	32
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.067	-41.528	-12.015	-31.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.646	291.612	89.209	217.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-915	-2.228	-326	-2.393
3.08.01	Corrente	-915	-2.228	-326	-2.393
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	134.731	289.384	88.883	214.820
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	134.731	289.384	88.883	214.820
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,95580	4,20079	1,29025	3,11840

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	134.731	289.384	88.883	214.820
4.03	Resultado Abrangente do Período	134.731	289.384	88.883	214.820

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.240	-8.533
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-297.435	-224.176
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	740	757
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados	62	43
6.01.01.05	Receitas (despesas) de juros líquidas	-2.272	-4.076
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	-295.965	-220.900
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.189	823
6.01.02.01	Contas a Receber	0	19
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-136	-107
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-2.365	645
6.01.02.05	Contas a Receber - Sociedades Ligadas	-3.911	0
6.01.02.06	Outros	-256	-221
6.01.02.07	Fornecedores	933	-28
6.01.02.08	Obrigações Sociais	85	1.363
6.01.02.09	Obrigações Fiscais	617	-436
6.01.02.10	Contas a pagar - Sociedades Ligadas	60	0
6.01.02.11	Cauções Contratuais	-3	0
6.01.02.12	Outros	-213	-412
6.01.03	Outros	289.384	214.820
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	289.384	214.820
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	22.865	163.297
6.02.05	Adições ao Intagível	-60	-133
6.02.07	Adiantamento para novos projetos	0	256
6.02.09	Aquisições de Ativo Imobilizados	-375	-1.931
6.02.10	Redução (Aumento) capital Soc.Controlada	0	116.092
6.02.11	Recebimento de juros sobre capital	0	13.648
6.02.12	Recebimento de dividendos	92.918	68.281
6.02.13	Recebimento de dividendos - ex anterior	0	68.876
6.02.14	Adições aos investimentos	-69.618	-101.792
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.597	-2.958
6.03.04	Pagamento de dividendos	-68.597	-41.866
6.03.08	Contas a Pagar - Soc. Ligadas	0	38.908
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-58.972	151.806
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.906	12.018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.934	163.824

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.041	0	-43.041	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	43.041	0	-43.041	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	289.384	0	289.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.384	0	289.384
5.07	Saldos Finais	592.124	0	610.945	289.384	0	1.492.453

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	433.581	0	0	982.664
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	433.581	0	0	982.664
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.439	0	214.439
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.820	0	214.820
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-381	0	-381
5.07	Saldos Finais	549.083	0	433.581	214.439	0	1.197.103

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.04	Retenções	-740	-757
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-740	-757
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-740	-757
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	349.370	262.548
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	295.965	220.900
7.06.02	Receitas Financeiras	48.382	39.444
7.06.03	Outros	5.023	2.204
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	348.630	261.791
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	348.630	261.791
7.08.01	Pessoal	2.662	1.915
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.759	1.517
7.08.01.02	Benefícios	469	94
7.08.01.03	F.G.T.S.	434	304
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.624	2.474
7.08.02.01	Federais	2.546	2.423
7.08.02.02	Estaduais	40	20
7.08.02.03	Municipais	38	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.960	42.582
7.08.03.01	Juros	41.521	31.294
7.08.03.02	Aluguéis	646	578
7.08.03.03	Outras	11.793	10.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	289.384	214.820
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	289.384	214.820

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	5.348.362	4.821.477
1.01	Ativo Circulante	1.459.706	1.387.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.250.731	1.168.288
1.01.03	Contas a Receber	87.777	84.517
1.01.03.01	Clientes	87.450	84.428
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	327	89
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	327	89
1.01.04	Estoques	7.408	2.819
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.191	24.680
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.707	5.702
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	75.892	101.672
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	4.797
1.01.08.01.03	Outros	3.693	4.797
1.01.08.03	Outros	72.199	96.875
1.01.08.03.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	72.199	96.875
1.02	Ativo Não Circulante	3.888.656	3.433.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	142.758	103.052
1.02.01.03	Contas a Receber	144	148
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	144	148
1.02.01.06	Tributos Diferidos	98.318	88.151
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.318	88.151
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	38	162
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	44.258	14.591
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	15.385	14.290
1.02.01.09.04	Aplicações Fianceiras Vinculadas	28.873	301
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	52.216	48.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52.216	48.114
1.02.04	Intangível	3.692.629	3.281.580
1.02.04.01	Intangíveis	3.692.629	3.281.580

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	5.348.362	4.821.477
2.01	Passivo Circulante	1.016.943	1.637.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.884	40.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.884	40.810
2.01.02	Fornecedores	99.607	71.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.030	50.444
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	552.017	1.234.363
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	191.756	938.278
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	191.756	938.278
2.01.04.02	Debêntures	360.261	296.085
2.01.05	Outras Obrigações	145.690	192.093
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	938	816
2.01.05.02	Outros	144.752	191.277
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	31.378	24.397
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	64.009	59.639
2.01.05.02.06	Adiantamento de Seguros	27.406	26.679
2.01.05.02.07	Outros	21.959	11.912
2.01.06	Provisões	91.715	48.464
2.01.06.02	Outras Provisões	91.715	48.464
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	43.241	38.990
2.01.06.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	48.474	9.474
2.02	Passivo Não Circulante	2.944.971	2.097.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.410.606	1.554.179
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.131.557	42.758
2.02.01.02	Debêntures	1.279.049	1.511.421
2.02.02	Outras Obrigações	301.966	325.428
2.02.02.02	Outros	301.966	325.428
2.02.02.02.03	Credores pela concessão	295.957	316.066
2.02.02.02.04	Receita Diferida	672	501
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	5.337	8.861
2.02.03	Tributos Diferidos	41.412	28.402
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.412	28.402
2.02.04	Provisões	190.987	189.389
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.053	10.218
2.02.04.02	Outras Provisões	185.934	179.171
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	169.683	124.331
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	16.251	54.840
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.386.448	1.086.781
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	816.595	559.969
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	737.282	1.934.374	594.891	1.599.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-456.181	-1.229.994	-368.196	-1.000.156
3.03	Resultado Bruto	281.101	704.380	226.695	599.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.502	-109.200	-35.985	-107.093
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.502	-109.200	-35.985	-107.093
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-33.583	-105.272	-31.187	-93.630
3.04.02.02	Remuneração da administração	-3.307	-9.608	-3.147	-8.788
3.04.02.03	Tributárias	-719	-1.916	-174	-1.910
3.04.02.04	Amortização do ágio em investimento	0	0	-2.034	-6.101
3.04.02.05	Outras receitas operacionais, líquidas	1.107	7.596	557	3.336
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	244.599	595.180	190.710	492.731
3.06	Resultado Financeiro	-38.900	-151.163	-51.856	-156.810
3.06.01	Receitas Financeiras	47.075	123.532	30.263	61.999
3.06.01.01	Receitas Financeiras	47.568	124.014	30.266	61.967
3.06.01.02	Variação Cambial	-493	-482	-3	32
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.975	-274.695	-82.119	-218.809
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	205.699	444.017	138.854	335.921
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.278	-144.350	-46.171	-109.715
3.08.01	Corrente	-63.760	-141.503	-46.836	-107.588
3.08.02	Diferido	-3.518	-2.847	665	-2.127
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	138.421	299.667	92.683	226.206
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	138.421	299.667	92.683	226.206
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	138.421	299.667	92.683	226.206
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,00936	4,35006	1,34542	3,28368

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	138.421	299.667	92.683	226.206
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	138.421	299.667	92.683	226.206
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	138.421	299.667	92.683	226.206

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	779.477	516.794
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	410.580	353.449
6.01.01.01	Depreciações e Armortizações	149.328	126.089
6.01.01.02	Amortizações de Ágio em Investimento	0	6.101
6.01.01.03	Baixa de Ativos imob. pelo val. res.	-8.769	522
6.01.01.04	IR & CS Diferidos	2.847	2.127
6.01.01.06	Receitas com aplicações vinculadas	-7.114	-2.163
6.01.01.07	Juros e variações de empréstimos	49.136	105.374
6.01.01.08	Juros e variações de debentures	174.344	72.853
6.01.01.09	Despesas financeiras	-244	6.037
6.01.01.10	Riscos civeis, trabalhistas e fiscais	-3.681	1.366
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	26.991	-5.073
6.01.01.13	Credores pela concessão	27.742	40.216
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.655	-60.395
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.022	-16.062
6.01.02.02	Estoques	-3.916	-780
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-5.881	-4.222
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-250	-3.653
6.01.02.05	Outros	1.104	0
6.01.02.06	Fornecedores	53.119	-24.537
6.01.02.07	Obrigações Sociais	11.988	10.729
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	112.242	36.093
6.01.02.09	Cauções Contratuais	-3	2.247
6.01.02.11	Contas a receber sociedade ligada	-238	-37
6.01.02.12	Cauções Contratuais	1.218	1
6.01.02.13	Depósitos Judiciais	-1.095	-450
6.01.02.14	Outras contas a receber	7	13
6.01.02.15	Outras contas a pagar	15.291	24.752
6.01.02.16	Pagamento Juros - Concessões Federais	-58.637	-56.540
6.01.02.17	Credores pela concessão	392	325
6.01.02.18	Receita Diferida	171	425
6.01.02.19	Fornecedores partes relacionadas	122	-69
6.01.02.20	Imposto de renda e contribuição social pagos	-88.957	-28.630
6.01.03	Outros	335.242	223.740
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	299.667	226.206
6.01.03.02	Outros	-696	-2.466
6.01.03.03	Adiantamento de Seguros	37.755	0
6.01.03.04	Riscos civeis trabalhistas e fiscais	-1.484	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-576.496	-490.282
6.02.01	Acréscimo(Redução) aplicações vinculadas	-302.673	-124.706
6.02.02	Valor resgatado dos depósitos vinculados	304.630	64.494
6.02.03	Pagamentos de Ativos Imobilizados	-5.016	-11.906
6.02.05	Adições ao Intangível	-573.437	-418.420
6.02.06	Adiantamento para novos projetos	0	256
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-120.538	512.421

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.03.01	Emprest. e Financ. - Capitações	560.132	137.094
6.03.02	Emprest. e Financ.- Pagamentos	-220.123	-827.664
6.03.03	Emprest. e Financ. - Pagamento Juros	-5.484	0
6.03.04	Emissão de Debêntures	0	1.372.854
6.03.05	Pagamento de debêntures - principal	-182.256	0
6.03.06	Pagamento de debêntures - Juros	-160.284	-29.171
6.03.07	Pagamentos de Credores pela Concessão	-43.873	-41.353
6.03.08	Pagamento de Dividendos	-68.650	-41.866
6.03.09	Outros pagamentos	0	-57.473
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.443	538.933
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.168.288	442.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.250.731	981.125

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.041	0	-43.041	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	43.041	0	-43.041	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.667	0	299.667	0	299.667
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.667	0	299.667	0	299.667
5.07	Saldos Finais	592.124	0	494.657	299.667	0	1.386.448	0	1.386.448

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	302.099	0	0	851.182	0	851.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	302.099	0	0	851.182	0	851.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	225.825	0	225.825	0	225.825
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.206	0	226.206	0	226.206
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-381	0	-381	0	-381
5.07	Saldos Finais	549.083	0	302.099	225.825	0	1.077.007	0	1.077.007

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	2.071.935	1.715.088
7.01.02	Outras Receitas	2.071.935	1.715.088
7.01.02.01	Prestação de serviços	1.432.065	1.187.326
7.01.02.02	Receitas dos serviços de construção	574.427	459.242
7.01.02.03	Outras receitas	65.443	68.520
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.025.224	-837.689
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.399	-54.532
7.02.04	Outros	-976.825	-783.157
7.02.04.01	Custo de serviços prestados	-157.861	-134.139
7.02.04.02	Custo de serviços de construção	-574.427	-459.242
7.02.04.03	Custo da concessão	-91.251	-95.715
7.02.04.04	Custo de provisão de Manut, em Rodovias	-147.229	-88.176
7.02.04.05	Outros	-6.057	-5.885
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.046.711	877.399
7.04	Retenções	-149.328	-132.190
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-149.328	-132.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	897.383	745.209
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	151.059	79.098
7.06.02	Receitas Financeiras	125.034	61.967
7.06.03	Outros	26.025	17.131
7.06.03.01	Dividendos recebidos	15.308	8.330
7.06.03.02	Outros	10.717	8.801
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.048.442	824.307
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.048.442	824.307
7.08.01	Pessoal	168.930	141.154
7.08.01.01	Remuneração Direta	125.104	106.548
7.08.01.02	Benefícios	34.363	27.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.463	7.606
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	306.669	245.808
7.08.02.01	Federais	226.240	178.549
7.08.02.02	Estaduais	338	264
7.08.02.03	Municipais	80.091	66.995
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	264.620	202.515
7.08.03.01	Juros	224.941	179.168
7.08.03.02	Aluguéis	6.820	6.582
7.08.03.03	Outras	32.859	16.765
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	11.622	9.515
7.08.03.03.02	Outras	21.237	7.250
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	299.667	226.206
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	299.667	226.206
7.08.05	Outros	8.556	8.624
7.08.05.01	Juros Capitalizados	8.556	8.624

## Comentário do Desempenho

**171,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+11,9%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 737,3 MILHÕES (+23,9%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 316,1 MILHÕES (+21,8%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 138,4 MILHÕES (+49,3%)**

### AGENDA DE DIVULGAÇÃO

#### TELECONFERÊNCIA



#### EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (11/11/2011)  
09:30 (São Paulo)  
06:30 (US Eastern Time)  
Tel.: +55 (11) 4688-6361  
Código: OHL  
Replay: Entre 12/11 e 17/11  
Tel.: +55 (11) 4688-6312  
Código: 4185891

#### WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/ohlbrasil> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

#### EM INGLÊS

Segunda-feira (21/11/2011)  
Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

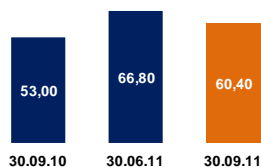
São Paulo, 10 de novembro de 2011 – A OHL Brasil (“Companhia”) anuncia seu resultado do terceiro trimestre de 2011, período encerrado em 30 de setembro de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária. As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 485, de 1 de setembro de 2010.

### DESTAQUES 3T11

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais apresentou, respectivamente, crescimento de 14,1% e 11,0% no 3T11 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entre os principais fatores que influenciaram o aumento, destacam-se: (i) a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio da concessionária estadual Centrovias; e (ii) a abertura da última praça de pedágio da concessionária federal Fernão Dias.
- **Receita Líquida:** A receita líquida alcançou o montante de R\$ 737,3 milhões, com crescimento de R\$ 142,4 milhões (+23,9%) em comparação ao 3T10. Esse crescimento foi gerado, basicamente, (i) pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+9,77%) das concessionárias estaduais, em vigor desde 1º de julho de 2011; (ii) pela evolução do tráfego pedagiado no período (3T11 vs. 3T10); e (iii) pelo aumento da receita de construção.
- **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu o montante de R\$ 316,1 milhões no 3T11, com margem de 42,9%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 138,4 milhões, 49,3% superior ao registrado no 3T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,6 bilhão em 30/09/2011, com aumento de 2,3% frente ao 2T11. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram desembolsados R\$ 246,2 milhões com investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no 3T11, sendo que 93,4% dos recursos foram aplicados nos projetos das concessionárias federais. Nos últimos nove meses, os desembolsos totalizaram R\$ 578,5 milhões.



OHLB3 (R\$ por ação)  
Cotação Fech.



BM&FBOVESPA: OHLB3

Bloomberg: OHLB3 BZ

Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 30/09/2011

Preço Fech.: R\$ 60,40 por ação

Valor de Mercado: R\$ 4,2 bilhões

Indicadores Financeiros	3T11	2T11	3T10	Var%	
				3T11/2T11	3T11/3T10
Veículos equivalentes (MI)	171.138	163.050	152.956	5,0%	11,9%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%
Receita líquida (R\$ Mil)	737.282	637.754	594.891	15,6%	23,9%
EBITDA (R\$ Mil)	295.455	236.217	238.692	25,1%	23,8%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) <sup>1</sup>	316.131	269.563	259.686	17,3%	21,7%
Lucro líquido (R\$ Mil)	138.421	90.461	92.683	53,0%	49,3%
Margem EBITDA	40,1%	37,0%	40,1%		
Margem EBITDA ajustado	42,9%	42,3%	43,7%		
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.386.448	1.248.027	1.077.007		
Ativos totais (R\$ Mil)	5.348.362	5.031.928	4.437.272		
Dívida bruta / Capitalização total <sup>2</sup>	68,1%	68,9%	69,9%		
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo <sup>3</sup>	1,6	1,6	1,7		

<sup>1</sup> Considera ajustes para reversão da provisão p/ manutenção de rodovias e lucros não realizados pelas construtoras.

<sup>2</sup> Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

<sup>3</sup> EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

## Comentário do Desempenho

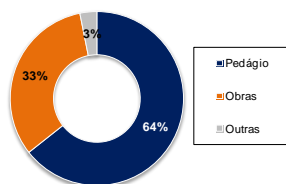
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>787.472</b>	<b>682.866</b>	<b>637.102</b>	<b>15,3%</b>	<b>23,6%</b>	<b>2.071.934</b>	<b>1.715.088</b>	<b>20,8%</b>
Receitas de pedágio	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%	1.394.740	1.187.328	17,5%
<b>Estaduais</b>	<b>299.398</b>	<b>254.177</b>	<b>264.255</b>	<b>17,8%</b>	<b>13,3%</b>	<b>790.908</b>	<b>714.830</b>	<b>10,6%</b>
Autovias	73.857	64.004	66.425	15,4%	11,2%	197.198	179.707	9,7%
Centrovias	74.534	62.277	64.472	19,7%	15,6%	196.333	174.831	12,3%
Intervias	83.971	70.788	75.086	18,6%	11,8%	219.998	201.305	9,3%
Vianorte	67.036	57.108	58.272	17,4%	15,0%	177.379	158.987	11,6%
<b>Federais</b>	<b>207.137</b>	<b>199.691</b>	<b>166.729</b>	<b>3,7%</b>	<b>24,2%</b>	<b>603.833</b>	<b>472.498</b>	<b>27,8%</b>
Planalto Sul	21.125	21.642	19.631	-2,4%	7,6%	64.759	57.210	13,2%
Fluminense	33.369	31.393	28.259	6,3%	18,1%	96.271	80.992	18,9%
Fernão Dias	51.526	48.373	34.189	6,5%	50,7%	147.263	92.024	60,0%
Régis Bittencourt	61.561	60.066	52.121	2,5%	18,1%	180.777	149.477	20,9%
Litoral Sul	39.556	38.217	32.529	3,5%	21,6%	114.763	92.795	23,7%
Outras receitas	24.661	31.364	26.698	-21,4%	-7,6%	80.251	68.518	17,1%
Receitas de obras	256.277	197.634	179.420	29,7%	42,8%	596.944	459.242	30,0%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(50.191)</b>	<b>(45.112)</b>	<b>(42.212)</b>	<b>11,3%</b>	<b>18,9%</b>	<b>(137.561)</b>	<b>(115.109)</b>	<b>19,5%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>737.282</b>	<b>637.754</b>	<b>594.891</b>	<b>15,6%</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.934.374</b>	<b>1.599.980</b>	<b>20,9%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(441.827)</b>	<b>(401.537)</b>	<b>(356.199)</b>	<b>10,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>(1.189.866)</b>	<b>(975.060)</b>	<b>22,0%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(110.624)	(117.639)	(101.257)	-6,0%	9,3%	(349.924)	(335.130)	4,4%
Custo dos serv. de construção	(256.277)	(197.634)	(179.420)	29,7%	42,8%	(596.944)	(459.242)	30,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(28.591)	(31.603)	(28.944)	-9,5%	-1,2%	(91.843)	(84.821)	8,3%
Remuneração da administração	(3.307)	(3.133)	(3.147)	5,6%	5,1%	(9.608)	(8.788)	9,3%
Despesas tributárias	(719)	(906)	(174)	-20,6%	313,2%	(1.916)	(1.910)	0,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(43.416)	(54.441)	(43.813)	-20,3%	-0,9%	(147.228)	(88.504)	66,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.107	3.819	557	-71,0%	98,9%	7.596	3.336	127,7%
<b>EBITDA</b>	<b>295.455</b>	<b>236.217</b>	<b>238.692</b>	<b>25,1%</b>	<b>23,8%</b>	<b>744.508</b>	<b>624.920</b>	<b>19,1%</b>
Margem EBITDA	40,1%	37,0%	40,1%			38,5%	39,1%	
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(50.856)</b>	<b>(50.087)</b>	<b>(47.983)</b>	<b>1,5%</b>	<b>6,0%</b>	<b>(149.328)</b>	<b>(132.190)</b>	<b>13,0%</b>
Depreciações e amortizações	(50.856)	(50.087)	(45.949)	1,5%	10,7%	(149.328)	(126.089)	18,4%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-	-	(6.101)	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(51.598)</b>	<b>(51.856)</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-25,0%</b>	<b>(151.163)</b>	<b>(156.811)</b>	<b>-3,6%</b>
Receitas financeiras	47.568	39.442	30.266	20,6%	57,2%	124.014	61.967	100,1%
Despesas financeiras	(85.975)	(91.114)	(82.119)	-5,6%	4,7%	(274.695)	(218.809)	25,5%
Varição cambial, líq.	(493)	74	(3)			(482)	32	
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>205.699</b>	<b>134.532</b>	<b>138.854</b>	<b>52,9%</b>	<b>48,1%</b>	<b>444.017</b>	<b>335.920</b>	<b>32,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(67.278)</b>	<b>(44.071)</b>	<b>(46.171)</b>	<b>52,7%</b>	<b>45,7%</b>	<b>(144.350)</b>	<b>(109.714)</b>	<b>31,6%</b>
Corrente	(63.760)	(45.463)	(46.836)	40,2%	36,1%	(141.503)	(107.587)	31,5%
Diferido	(3.518)	1.392	665	-352,7%	-629,0%	(2.847)	(2.127)	33,9%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>138.421</b>	<b>90.461</b>	<b>92.683</b>	<b>53,0%</b>	<b>49,3%</b>	<b>299.667</b>	<b>226.206</b>	<b>32,5%</b>

## Comentário do Desempenho

### Desempenho Econômico-Financeiro

#### Receita Bruta de Serviços

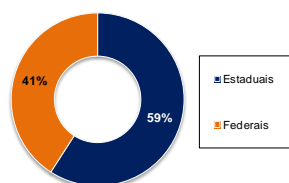
Composição da Receita Bruta (%)



A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, de conservação e pavimentação de rodovias, totalizou R\$ 787,5 milhões no 3T11, com crescimento de 23,6% em relação aos R\$ 637,1 milhões registrados ao 3T10. Dentre os motivos que geraram esse resultado, destacam-se: (i) a operação e arrecadação da totalidade das praças de pedágio administradas pelas concessionárias; (ii) os reajustes tarifários (+9,77%) aplicados às concessionárias estaduais em 1º de julho de 2011; e (iii) o aumento da receita relativa aos serviços de construção.

#### Receita de Pedágio

Composição da Receita de Pedágio (%)



As concessionárias estaduais encerraram o 3T11 com receita de pedágio equivalente a R\$ 299,4 milhões, elevação de 13,3% em relação aos R\$ 264,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. O principal motivo deste crescimento foi o reajuste de 9,77% das tarifas de pedágio, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011. As novas tarifas entraram em vigor em 1º de julho de 2011.

Já as concessionárias federais registraram arrecadação de R\$ 207,1 milhões (+24,2%) no mesmo período, ou seja, R\$ 40,4 milhões acima do montante arrecadado no 3T10. Esse aumento reflete, sobretudo, a ampliação da arrecadação pela Autopista Fernão Dias, resultante da abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), e os reajustes das tarifas de pedágio praticadas pelas concessionárias federais entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011.

A receita de pedágio consolidada totalizou R\$ 506,5 milhões no 3T11, com aumento de 17,5% se comparada ao 3T10 e 11,6% quando comparada 2T11.

**Tráfego Pedagiado:** No trimestre, o tráfego pedagiado foi de 171,1 milhões de veículos equivalentes, 11,9% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação reflete, notadamente, (i) a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias; e (ii) o início da cobrança de pedágio na praça de Mairiporã (SP), iniciada em setembro de 2010.

Na comparação com o 2T11, o crescimento do tráfego (+5,0%) foi menor do que o registrado nos anos anteriores. A redução no ritmo de crescimento reflete a retração da trajetória do fluxo de veículos no mês de setembro, provocada pela desaceleração da atividade industrial e pela menor expansão da renda.

Veículos Equivalentes (Mil)	3T11	2T11	3T10	Var%		9M11	9M10	Var%
				3T11/2T11	3T11/3T10			
<b>Estaduais</b>	<b>48.374</b>	<b>45.054</b>	<b>42.382</b>	<b>7,4%</b>	<b>14,1%</b>	<b>135.433</b>	<b>116.072</b>	<b>16,7%</b>
Autovias	11.326	10.735	11.247	5,5%	0,7%	32.011	31.045	3,1%
Centrovias	12.616	11.597	7.438	8,8%	69,6%	35.278	19.525	80,7%
Intervias	15.681	14.518	15.380	8,0%	2,0%	43.567	42.231	3,2%
Vianorte	8.751	8.203	8.317	6,7%	5,2%	24.576	23.271	5,6%
<b>Federais</b>	<b>122.764</b>	<b>117.996</b>	<b>110.574</b>	<b>4,0%</b>	<b>11,0%</b>	<b>359.637</b>	<b>312.240</b>	<b>15,2%</b>
Planalto Sul	6.815	6.981	6.769	-2,4%	0,7%	20.890	19.728	5,9%
Fluminense	11.917	11.212	10.868	6,3%	9,6%	34.679	31.296	10,8%
Fernão Dias	39.635	37.210	31.081	6,5%	27,5%	113.279	83.658	35,4%
Régis Bittencourt	36.142	35.296	34.747	2,4%	4,0%	106.269	99.651	6,6%
Litoral Sul	28.254	27.298	27.108	3,5%	4,2%	84.520	77.907	8,5%
<b>Total</b>	<b>171.138</b>	<b>163.050</b>	<b>152.956</b>	<b>5,0%</b>	<b>11,9%</b>	<b>495.070</b>	<b>428.312</b>	<b>15,6%</b>

## Comentário do Desempenho

Cabe destacar que parte do tráfego da rodovia BR-376, administrada pela Autopista Litoral Sul, foi direcionada para a rodovia BR-116, sob responsabilidade da Autopista Planalto Sul, face aos sinistros provocados pelas fortes chuvas na região. Os reflexos desses eventos se estenderam durante o segundo trimestre do ano e a regularização da situação resultou no ajuste do tráfego do terceiro trimestre.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 3T11 foi de 64% de veículos pesados e 36% de veículos leves nas concessões estaduais; e 76% de veículos pesados e 24% de veículos leves nas concessões federais.

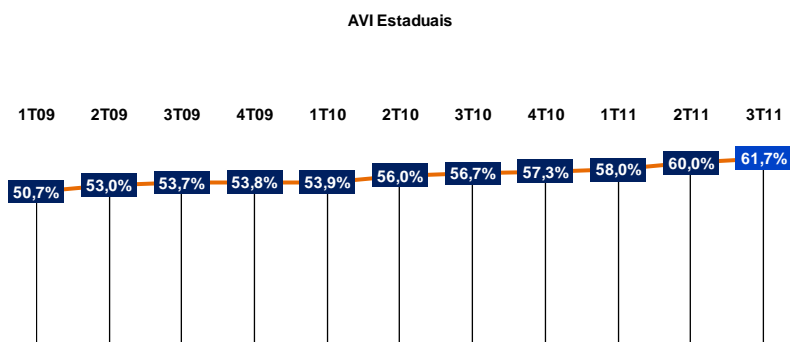
Tarifa Média: Na comparação 3T11 contra 2T11, o crescimento das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais reflete o reajuste tarifário, em vigor desde 1º de julho deste ano, efetivado com base na variação acumulada do IGP-M entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011. Adicionalmente, vale destacar que a mudança na forma de cobrança (bidirecional) em quatro das cinco praças de pedágio administradas pela Centrovias causou a redução (-31,8%) da tarifa média praticada (3T11 vs. 3T10).

Segue abaixo evolução das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais e federais:

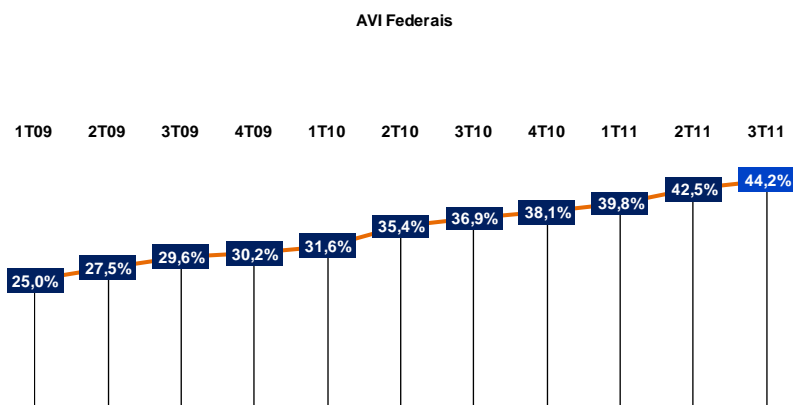
Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>Estaduais</b>	<b>6,19</b>	<b>5,64</b>	<b>6,24</b>	<b>9,7%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>5,84</b>	<b>6,16</b>	<b>-5,2%</b>
Autovias	6,52	5,96	5,91	9,4%	10,4%	6,16	5,79	6,4%
Centrovias	5,91	5,37	8,67	10,0%	-31,8%	5,57	8,95	-37,8%
Intervias	5,35	4,88	4,88	9,8%	9,7%	5,05	4,77	5,9%
Vianorte	7,66	6,96	7,01	10,0%	9,3%	7,22	6,83	5,6%
<b>Federais</b>	<b>1,69</b>	<b>1,69</b>	<b>1,51</b>	<b>0,0%</b>	<b>11,9%</b>	<b>1,68</b>	<b>1,51</b>	<b>11,0%</b>
Planalto Sul	3,10	3,10	2,90	0,0%	6,9%	3,10	2,90	6,9%
Fluminense	2,80	2,80	2,60	0,0%	7,7%	2,78	2,59	7,3%
Fernão Dias	1,30	1,30	1,10	0,0%	18,2%	1,30	1,10	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,70	1,50	0,0%	13,6%	1,70	1,50	13,4%
Litoral Sul	1,40	1,40	1,20	0,0%	16,7%	1,36	1,19	14,0%
<b>Total</b>	<b>2,96</b>	<b>2,78</b>	<b>2,82</b>	<b>6,3%</b>	<b>5,0%</b>	<b>2,82</b>	<b>2,77</b>	<b>1,6%</b>

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 61,7% no 3T11, contra 56,7% no 3T10. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 44,2% contra 36,9% no 3T10.

A seguir, gráficos com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2009:



## Comentário do Desempenho



### Receita de Obras

No 3T11, a receita de obras cresceu R\$ 76,9 milhões (+42,8%) em relação ao 3T10, sendo que 96,0% das obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

### Outras Receitas

As concessionárias obtiveram R\$ 3,2 milhões de receitas oriundas da exploração da faixa de domínio das concessionárias no 3T11. Já as receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras atingiram o montante de R\$ 21,4 milhões.

### Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No 3T11, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 737,3 milhões, apresentando crescimento de 23,9% em comparação ao 3T10. As deduções somaram R\$ 50,2 milhões, com acréscimo de 18,9% frente ao 3T10. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 295,5 milhões no 3T11, apresentando crescimento de 23,8% em relação ao 3T10. O aumento de R\$ 56,8 milhões reflete o crescimento de R\$ 142,4 milhões na receita líquida da Companhia contra o aumento de R\$ 85,6 milhões dos custos e despesas no período.

EBITDA								
(Em milhares de reais)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>737.282</b>	<b>637.754</b>	<b>594.891</b>	<b>15,6%</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.934.374</b>	<b>1.599.980</b>	<b>20,9%</b>
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(441.827)	(401.537)	(356.199)	10,0%	24,0%	(1.189.866)	(975.060)	22,0%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>295.455</b>	<b>236.217</b>	<b>238.692</b>	<b>25,1%</b>	<b>23,8%</b>	<b>744.508</b>	<b>624.920</b>	<b>19,1%</b>
Margem EBITDA	40,1%	37,0%	40,1%			38,5%	39,1%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	43.416	54.441	43.813	-20,3%	-0,9%	147.228	88.504	66,4%
(+) Ajustes de consolidação	(22.740)	(21.095)	(22.819)	7,8%	-0,3%	(54.885)	(26.812)	104,7%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup> (antes do IFRS)</b>	<b>316.131</b>	<b>269.563</b>	<b>259.686</b>	<b>17,3%</b>	<b>21,7%</b>	<b>836.851</b>	<b>686.612</b>	<b>21,9%</b>
Margem EBITDA	42,9%	42,3%	43,7%			43,3%	42,9%	

1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), e retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

## Comentário do Desempenho

Os principais fatores que influenciaram a variação dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) foram: (i) o aumento de R\$ 76,9 milhões dos custos de construção; (ii) o aumento de R\$ 1,6 milhão nos custos com pessoal; e (iii) o aumento de R\$ 3,7 milhões nos custos com conservação e seguro das rodovias.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas <sup>1</sup>			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	67.912	1.744	69.656	(26.323)	(1.744)	(28.067)	41.589	12.637	54.226	77,8%
Centrovias	68.823	3.083	71.906	(22.759)	(3.083)	(25.842)	46.064	8.777	54.841	76,3%
Intervias	77.671	3.641	81.312	(27.092)	(3.641)	(30.733)	50.579	10.366	60.945	75,0%
Vianorte	61.577	1.794	63.371	(16.740)	(1.794)	(18.534)	44.837	4.207	49.044	77,4%
<b>Estaduais</b>	<b>275.983</b>	<b>10.262</b>	<b>286.245</b>	<b>(92.914)</b>	<b>(10.262)</b>	<b>(103.176)</b>	<b>183.069</b>	<b>35.987</b>	<b>219.056</b>	<b>76,5%</b>
Planalto Sul	18.945	33.362	52.307	(11.622)	(33.362)	(44.984)	7.323	1.046	8.369	16,0%
Fluminense	30.153	31.979	62.132	(13.488)	(31.979)	(45.467)	16.665	1.106	17.771	28,0%
Fernão Dias	47.116	62.168	109.284	(27.132)	(62.168)	(89.300)	19.984	1.950	21.934	20,1%
Régis Bittencourt	56.238	76.666	132.904	(23.324)	(76.666)	(99.990)	32.914	1.749	34.663	26,1%
Litoral Sul	36.001	41.840	77.841	(19.352)	(41.840)	(61.192)	16.649	1.579	18.228	23,4%
<b>Federais</b>	<b>188.453</b>	<b>246.015</b>	<b>434.468</b>	<b>(94.918)</b>	<b>(246.015)</b>	<b>(340.933)</b>	<b>93.535</b>	<b>7.429</b>	<b>100.964</b>	<b>23,2%</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>464.436</b>	<b>256.277</b>	<b>720.713</b>	<b>(187.832)</b>	<b>(256.277)</b>	<b>(444.109)</b>	<b>276.604</b>	<b>43.416</b>	<b>320.020</b>	<b>44,4%</b>
OHL Holding	-	-	-	(3.889)	-	(3.889)	-	-	(3.889)	-
Construtoras	-	106.959	106.959	-	(84.219)	(84.219)	22.740	-	22.740	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(90.390)	(90.390)	-	90.390	90.390	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>464.436</b>	<b>272.846</b>	<b>737.282</b>	<b>(191.721)</b>	<b>(250.106)</b>	<b>(441.827)</b>	<b>295.455</b>	<b>43.416</b>	<b>338.871</b>	<b>46,0%</b>
Ajustes de consolidação <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.740)	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>464.436</b>	<b>272.846</b>	<b>737.282</b>	<b>(191.721)</b>	<b>(250.106)</b>	<b>(441.827)</b>	<b>295.455</b>	<b>43.416</b>	<b>316.131</b>	<b>42,9%</b>

1) Exclui depreciação e amortização.

2) Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

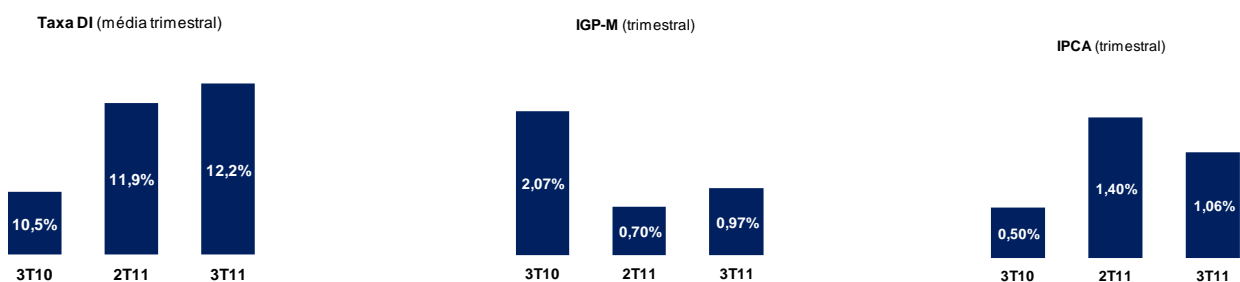
Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de novas práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 316,1 milhões no 3T11, indicando o crescimento de 21,7% quando comparado ao 3T10.

## Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>47.568</b>	<b>39.442</b>	<b>30.266</b>	<b>20,6%</b>	<b>57,2%</b>	<b>124.014</b>	<b>61.967</b>	<b>100,1%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(85.975)</b>	<b>(91.114)</b>	<b>(82.119)</b>	<b>-5,6%</b>	<b>4,7%</b>	<b>(274.695)</b>	<b>(218.809)</b>	<b>25,5%</b>
Encargos financeiros	(75.222)	(80.049)	(65.862)	-6,0%	14,2%	(235.491)	(164.049)	43,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(7.566)	(7.883)	(11.547)	-4,0%	-34,5%	(27.747)	(40.192)	-31,0%
Outras despesas	(3.187)	(3.182)	(4.710)	0,2%	-32,3%	(11.457)	(14.568)	-21,4%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	<i>(493)</i>	<i>74</i>	<i>(3)</i>	-	-	<i>(482)</i>	<i>32</i>	-
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(51.598)</b>	<b>(51.856)</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-25,0%</b>	<b>(151.163)</b>	<b>(156.811)</b>	<b>-3,6%</b>

O resultado financeiro líquido diminuiu 24,6% no 3T11 em comparação ao 2T11, passando de R\$ 51,6 milhões para R\$ 38,9 milhões. Os principais fatores que causaram a variação deste resultado foram: (i) o aumento das receitas com aplicações financeiras; e (ii) a redução dos encargos financeiros gerada pela composição da dívida conforme descrito no item endividamento.

## Comentário do Desempenho



### Lucro Líquido

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 138,4 milhões, valor 49,3% acima dos R\$ 92,7 milhões registrados no 3T10. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de 53,0%.

### Endividamento

A dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,6 bilhão em 30 de setembro de 2011, apresentando aumento de R\$ 36,1 milhões (2,3%) em relação ao 2T11.

Endividamento (Em milhares de reais)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.962.623</b>	<b>2.769.673</b>	<b>2.504.026</b>	<b>7,0%</b>	<b>18,3%</b>
Curto Prazo	552.017	908.081	1.281.268	-39,2%	-56,9%
Longo Prazo	2.410.606	1.861.592	1.222.758	29,5%	97,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.250.731	1.132.439	981.125	10,4%	27,5%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	101.072	62.533	67.445	61,6%	49,9%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.610.820</b>	<b>1.574.701</b>	<b>1.455.456</b>	<b>2,3%</b>	<b>10,7%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo

O aumento de R\$ 36,1 milhões foi ocasionado pelos seguintes fatores:

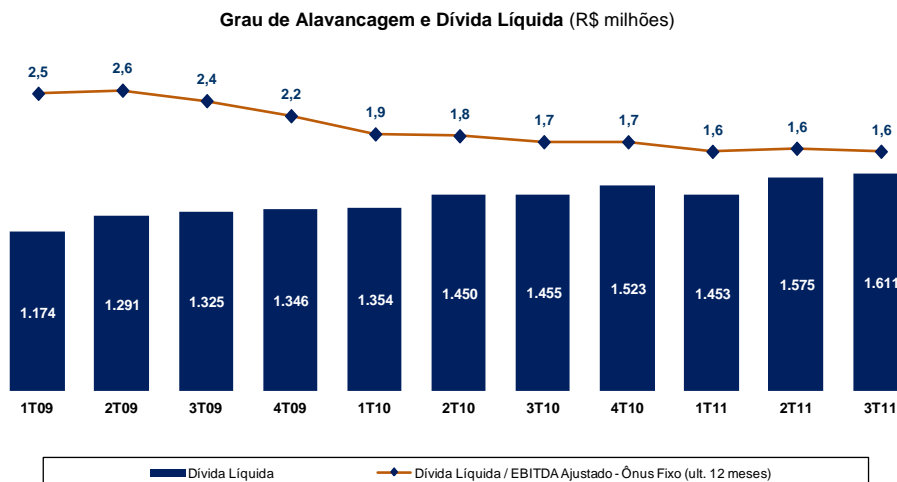
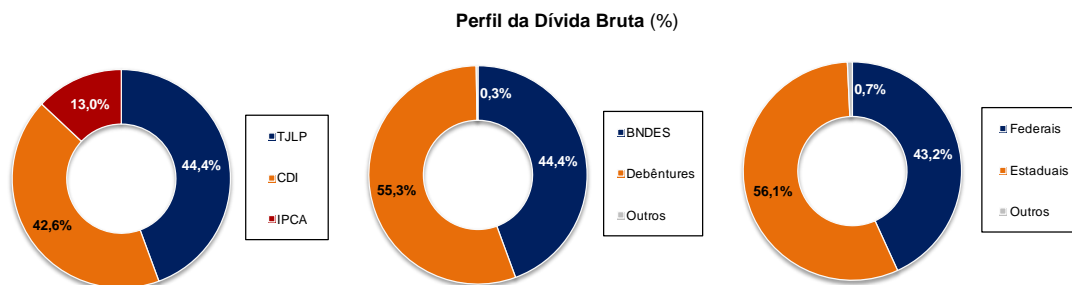
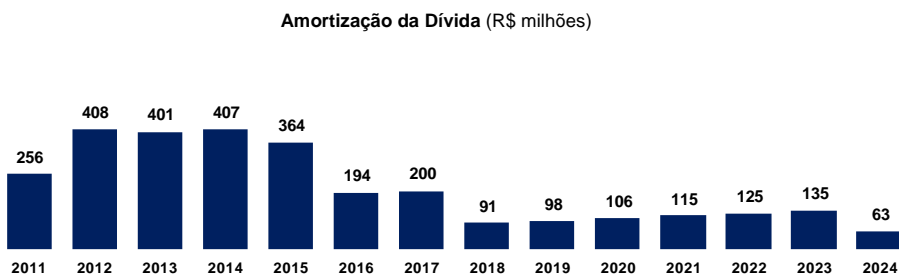
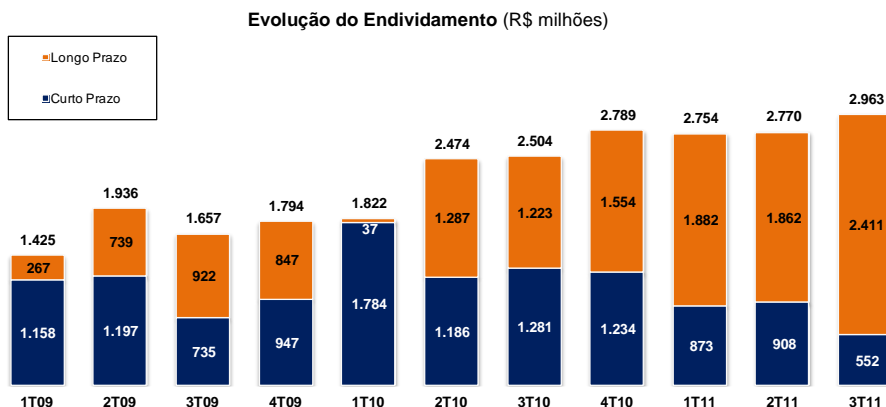
- Aumento de R\$ 156,8 milhões nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) e aplicações financeiras vinculadas do período;
- Aumento de R\$ 243,4 milhões em razão dos desembolsos relativos aos empréstimos longo prazo concedidos pelo BNDES para o programa de investimentos das Concessionárias Federais;
- Diminuição de R\$ 60,8 milhões referente à quitação de parcela relativa à emissão de debêntures nas Concessionárias Estaduais; e
- Acréscimo de R\$ 10,3 milhões em função dos juros apropriados e outras movimentações.

Vale destacar que as linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais Fernão Dias e Litoral Sul, contribuíram com a estratégia da Companhia de alongar o perfil da dívida. Até o final do ano, a Companhia espera a conclusão da análise e aprovação, por parte do BNDES, do financiamento de longo prazo direcionado à Autopista Fluminense.

Em 30 de setembro de 2011, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,0 bilhões.

## Comentário do Desempenho

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:



## Comentário do Desempenho

### Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 3T11, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente o montante de R\$ 15,5 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>Total</b>	<b>(15.546)</b>	<b>(14.164)</b>	<b>(14.162)</b>	<b>9,8%</b>	<b>9,8%</b>	<b>(43.873)</b>	<b>(41.353)</b>	<b>6,1%</b>
Autovias	(1.637)	(1.492)	(1.491)	9,7%	9,8%	(4.620)	(4.354)	6,1%
Centrovias	(2.448)	(2.231)	(2.231)	9,7%	9,7%	(6.910)	(6.515)	6,1%
Intervias	(1.524)	(1.388)	(1.388)	9,8%	9,8%	(4.301)	(4.054)	6,1%
Vianorte	(9.937)	(9.053)	(9.052)	9,8%	9,8%	(28.042)	(26.430)	6,1%

Em 30 de setembro de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.561	39.048	45.609	83
Centrovias	9.817	55.958	65.775	80
Intervias	6.109	45.066	51.175	100
Vianorte	39.827	217.002	256.829	77
<b>Total</b>	<b>62.314</b>	<b>357.074</b>	<b>419.388</b>	

### Investimentos

As concessionárias estaduais e federais desembolsaram R\$ 242,0 milhões com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis no 3T11 frente aos R\$ 162,1 milhões registrados no 3T10. No acumulado do ano (9M11), este montante totalizou R\$ 570,3 milhões com aumento de 35,3% em relação aos R\$ 421,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.

Parte dos recursos foi destinada à obra de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes, iniciada na segunda quinzena de agosto, logo após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta primeira fase, serão investidos cerca de R\$ 200,0 milhões. Ao todo, o projeto prevê a duplicação de 176,6 quilômetros.

Outro ponto de destaque do trimestre foi a liberação da licença para a construção da segunda etapa do Contorno de Betim (MG), via com aproximadamente nove quilômetros de extensão, sob a responsabilidade da Autopista Fernão Dias. A ligação das duas extremidades da rodovia possibilitará a criação de alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância. O projeto prevê investimentos totais da ordem de R\$ 35,0 milhões. As obras tiveram início no mês de outubro.

Neste período, também foi dado prosseguimento às obras de construção dos trechos inicial e final da segunda pista da Serra do Cafezal (BR 116/SP), com 11 quilômetros de extensão, na altura dos municípios de Juituba e Miracatu. Ao todo serão duplicados 30 quilômetros de rodovia. A liberação da licença relativa ao trecho central depende da conclusão da análise realizada pelo órgão ambiental. A Autopista Régis Bittencourt e a OHL Brasil envidarão seus melhores esforços para o atendimento de qualquer solicitação adicional durante o processo. No total, serão investidos aproximadamente R\$ 560,0 milhões neste projeto.

## Comentário do Desempenho

Cabe ressaltar que, no dia 28 de outubro de 2011, o governo federal publicou no Diário Oficial da União portarias que estabelecem regras mais claras para o licenciamento ambiental federal. As mudanças contribuirão para a redução dos prazos de análise por parte do órgão ambiental, bem como para a redução dos custos com licenciamento.

Em outubro também foi iniciada a duplicação de 25 quilômetros da BR-116, entre Curitiba e Mandirituba, trecho administrado pela Autopista Planalto Sul, após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. Serão investidos R\$ 62,4 milhões nas obras.

Por fim, foram direcionados cerca de R\$ 31,4 milhões para obras de manutenção e conservação das rodovias estaduais no 3T11. No acumulado do ano (9M11), os recursos somaram R\$ 91,7 milhões, com redução de 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A aplicação destes recursos está em linha com os objetivos do programa de concessão das empresas do Grupo OHL Brasil de forma a permitir o aumento da fluidez do tráfego e, sobretudo, a redução do número de acidentes nas rodovias administradas.

A seguir quadro detalhado dos investimentos realizados por concessionária:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	3T11			9M11		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	3.262	1.832	1.430	15.578	2.431	13.147
Centrovias	15.102	6.014	9.088	33.625	15.775	17.850
Intervias	12.688	2.326	10.362	39.971	6.867	33.104
Vianorte	12.277	1.787	10.490	32.095	4.474	27.621
<b>Estaduais</b>	<b>43.329</b>	<b>11.959</b>	<b>31.370</b>	<b>121.269</b>	<b>29.547</b>	<b>91.722</b>
Planalto Sul	32.625	32.625	-	71.965	71.965	-
Fluminense	25.449	25.449	-	62.246	62.246	-
Fernão Dias	60.171	60.171	-	134.969	134.969	-
Régis Bittencourt	74.624	74.624	-	174.447	174.447	-
Litoral Sul	37.154	37.154	-	97.096	97.096	-
<b>Federais</b>	<b>230.023</b>	<b>230.023</b>	<b>-</b>	<b>540.723</b>	<b>540.723</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>273.352</b>	<b>241.982</b>	<b>31.370</b>	<b>661.992</b>	<b>570.270</b>	<b>91.722</b>
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	4.216	4.216	-	8.183	8.183	-
<b>Total</b>	<b>277.568</b>	<b>246.198</b>	<b>31.370</b>	<b>670.175</b>	<b>578.453</b>	<b>91.722</b>

Desde 2008, a OHL Brasil já investiu R\$ 2,4 bilhões apenas em suas concessionárias federais. Entre 2012 e 2015, estão programados desembolsos na ordem de R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

### Quadro de Pessoal

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas.

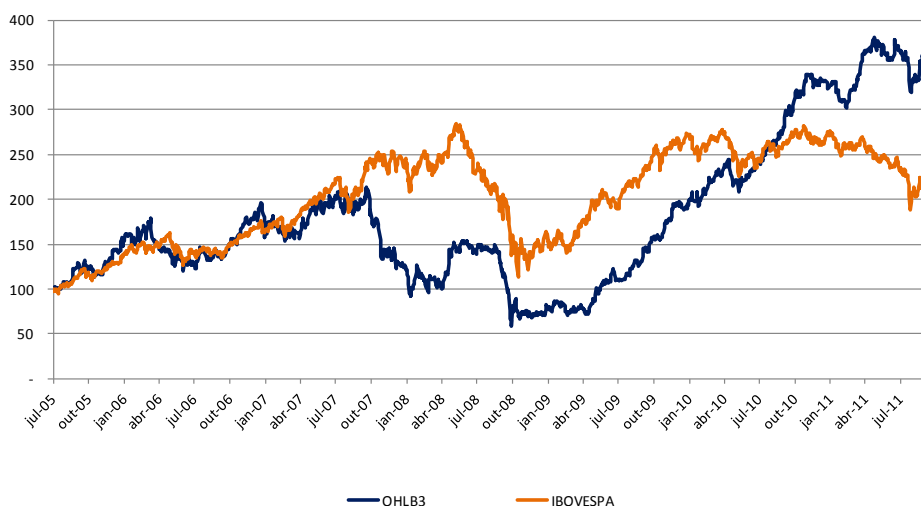
## Comentário do Desempenho

Quadro de Pessoal	3T11	2T11	3T10	Var. 3T11/2T11	Var. 3T11/3T10
OHL (Holding)	109	109	97	-	12
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.335	1.325	1.276	10	59
Autovias	204	200	185	4	19
Centrovias	326	324	310	2	16
Intervias	566	562	545	4	21
Vianorte	239	239	236	-	3
<i>Concessionárias Federais</i>	2.161	2.135	1.700	26	461
Litoral Sul	289	307	312	(18)	(23)
Planalto Sul	185	187	148	(2)	37
Fluminense	256	254	233	2	23
Fernão Dias	888	843	484	45	404
Régis Bittencourt	543	544	523	(1)	20
Paulista	249	221	196	28	53
Latina Manutenção	1.973	1.673	1.437	300	536
Latina Sinalização	178	173	174	5	4
<b>Total</b>	<b>6.005</b>	<b>5.636</b>	<b>4.880</b>	<b>369</b>	<b>1.125</b>

### Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil totalizou R\$ 4,2 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 60,40 por ação em 30/09/2011. Esse preço corresponde a desvalorização de 9,6% em relação ao preço de fechamento do trimestre anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 16,2%.

**Evolução das Ações OHLB3 x IBOVESPA – Base 100**  
(desde o IPO da Companhia)

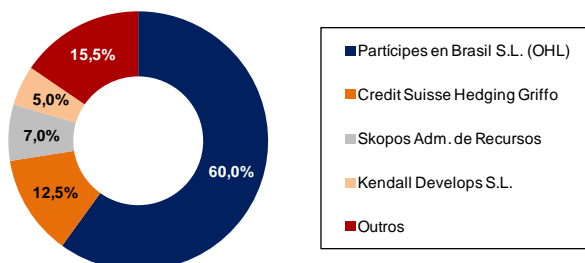


Média Diária	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10
Nº de Negócios	283	299	150	-5,4%	88,7%
Nº de Ações Negociadas	88.638	86.890	69.988	2,0%	26,6%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,54	5,70	3,32	-2,8%	66,9%

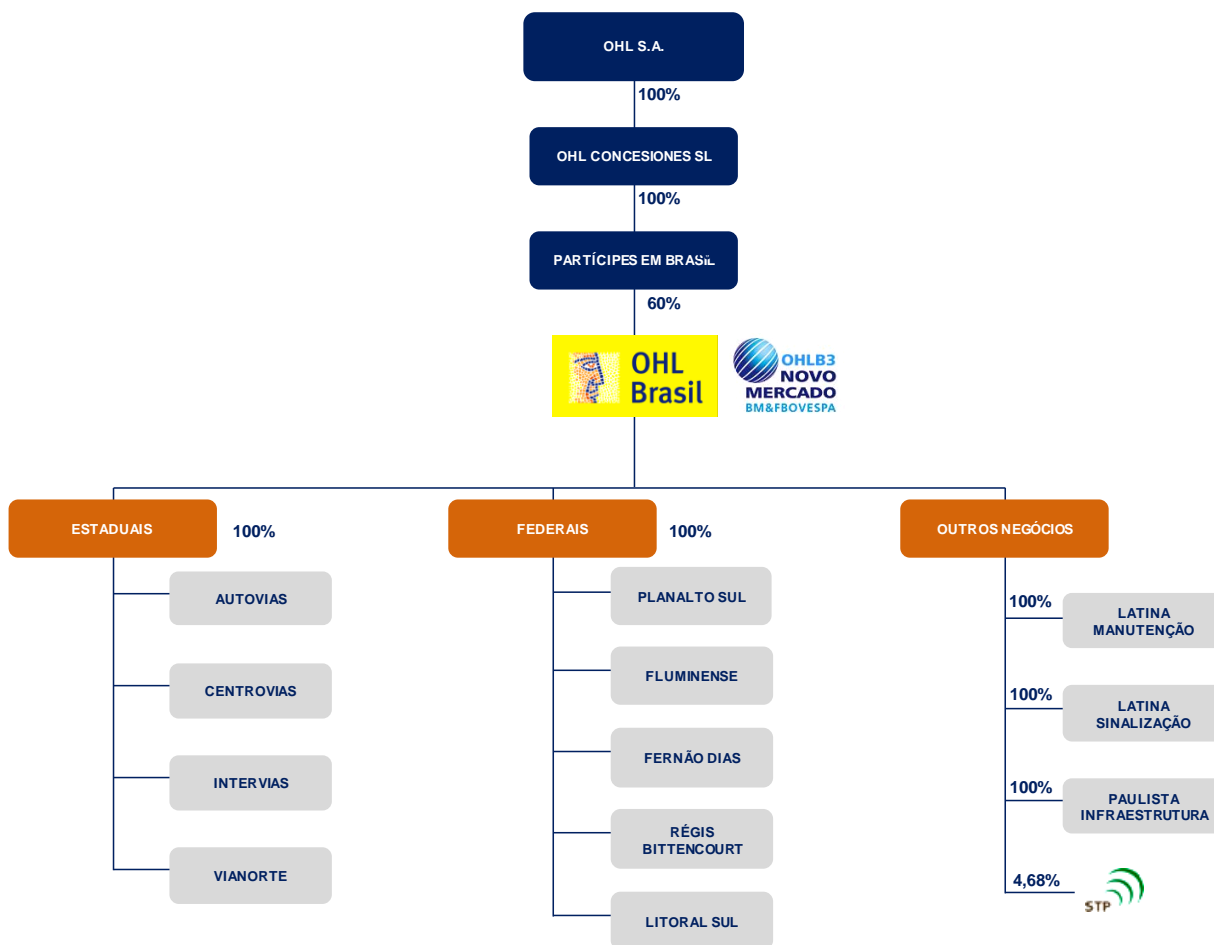
## Comentário do Desempenho

### Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 30 de setembro de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



### Estrutura Societária



## Comentário do Desempenho

### Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
<b>Estaduais</b>					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
<b>Federais</b>					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

*n.a. – não aplicável*

### Perfil Corporativo

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A. está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

[www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br)

*Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.*

## Comentário do Desempenho

## ANEXO 1

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/09/11	30/06/11	30/09/10
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.250.731	1.132.439	981.125
Contas a receber	87.450	93.463	80.203
Contas a receber - partes relacionadas	327	90	124
Estoques	7.408	4.811	3.059
Despesas antecipadas	11.707	16.016	11.470
Impostos a recuperar	26.191	26.796	17.435
Aplicações financeiras vinculadas	72.199	40.003	67.151
Outros créditos	3.693	3.690	5.443
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.459.706</b>	<b>1.317.308</b>	<b>1.166.010</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	28.873	22.530	294
Cauções contratuais	100	97	97
Impostos a recuperar	-	-	1.695
Despesas antecipadas	38	3	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.318	97.028	66.514
Depósitos judiciais	15.385	15.104	11.110
Outras contas a receber	44	45	59
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	52.216	53.702	33.073
Intangível	3.692.629	3.525.058	3.157.343
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.888.656</b>	<b>3.714.620</b>	<b>3.271.262</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.348.362</b>	<b>5.031.928</b>	<b>4.437.272</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	191.756	579.554	1.082.226
Debêntures	360.261	328.527	199.042
Fornecedores	99.607	83.113	75.278
Obrigações sociais	52.884	45.982	44.087
Obrigações fiscais	75.030	54.414	56.626
Contar a pagar - partes relacionadas	938	858	830
Cauções contratuais	31.378	27.797	22.658
Dividendos propostos	-	-	-
Credores pela concessão	64.009	63.273	58.578
Provisão para manutenção em rodovias	43.241	46.470	32.600
Provisão para investimentos em rodovias	48.474	36.455	7.254
Adiantamento seguros	27.406	99.425	-
Outras contas a pagar	21.959	9.346	35.530
<b>Total do circulante</b>	<b>1.016.943</b>	<b>1.375.214</b>	<b>1.614.709</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.131.557	502.526	33.566
Debêntures	1.279.049	1.359.066	1.189.192
Credores pela concessão	295.957	304.293	316.381
Receita diferida	672	960	877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.412	36.608	24.873
Provisão para manutenção em rodovias	169.683	162.302	113.138
Provisão para investimentos em rodovias	16.251	29.101	56.374
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.053	5.645	8.734
Outras contas a pagar	5.337	8.186	2.421
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>2.944.971</b>	<b>2.408.687</b>	<b>1.745.556</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	592.124	592.124	549.083
Reserva legal	41.093	41.093	26.640
Reserva de lucros	775.502	637.081	523.555
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.386.448</b>	<b>1.248.027</b>	<b>1.077.007</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.348.362</b>	<b>5.031.928</b>	<b>4.437.272</b>

## Comentário do Desempenho

## ANEXO 2

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>787.472</b>	<b>682.866</b>	<b>637.102</b>	<b>15,3%</b>	<b>23,6%</b>	<b>2.071.934</b>	<b>1.715.088</b>	<b>20,8%</b>
Receitas de pedágio	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%	1.394.740	1.187.328	17,5%
<b>Estaduais</b>	<b>299.398</b>	<b>254.177</b>	<b>264.255</b>	<b>17,8%</b>	<b>13,3%</b>	<b>790.908</b>	<b>714.830</b>	<b>10,6%</b>
Autovias	73.857	64.004	66.425	15,4%	11,2%	197.198	179.707	9,7%
Centrovias	74.534	62.277	64.472	19,7%	15,6%	196.333	174.831	12,3%
Intervias	83.971	70.788	75.086	18,6%	11,8%	219.998	201.305	9,3%
Vianorte	67.036	57.108	58.272	17,4%	15,0%	177.379	158.987	11,6%
<b>Federais</b>	<b>207.137</b>	<b>199.691</b>	<b>166.729</b>	<b>3,7%</b>	<b>24,2%</b>	<b>603.833</b>	<b>472.498</b>	<b>27,8%</b>
Planalto Sul	21.125	21.642	19.631	-2,4%	7,6%	64.759	57.210	13,2%
Fluminense	33.369	31.393	28.259	6,3%	18,1%	96.271	80.992	18,9%
Fernão Dias	51.526	48.373	34.189	6,5%	50,7%	147.263	92.024	60,0%
Régis Bittencourt	61.561	60.066	52.121	2,5%	18,1%	180.777	149.477	20,9%
Litoral Sul	39.556	38.217	32.529	3,5%	21,6%	114.763	92.795	23,7%
Outras receitas	24.661	31.364	26.698	-21,4%	-7,6%	80.251	68.518	17,1%
Receitas de obras	256.277	197.634	179.420	29,7%	42,8%	596.944	459.242	30,0%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(50.191)</b>	<b>(45.112)</b>	<b>(42.212)</b>	<b>11,3%</b>	<b>18,9%</b>	<b>(137.561)</b>	<b>(115.109)</b>	<b>19,5%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>737.282</b>	<b>637.754</b>	<b>594.891</b>	<b>15,6%</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.934.374</b>	<b>1.599.980</b>	<b>20,9%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(456.181)</b>	<b>(414.661)</b>	<b>(368.196)</b>	<b>10,0%</b>	<b>23,9%</b>	<b>(1.229.994)</b>	<b>(1.000.156)</b>	<b>23,0%</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>281.101</b>	<b>223.093</b>	<b>226.695</b>	<b>26,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>704.380</b>	<b>599.824</b>	<b>17,4%</b>
<b>DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(36.502)</b>	<b>(36.963)</b>	<b>(35.986)</b>	<b>-1,2%</b>	<b>1,4%</b>	<b>(109.200)</b>	<b>(107.094)</b>	<b>2,0%</b>
Gerais e administrativas	(33.583)	(36.743)	(31.187)	-8,6%	7,7%	(105.272)	(93.630)	12,4%
Remuneração da administração	(3.307)	(3.133)	(3.147)	5,6%	5,1%	(9.608)	(8.788)	9,3%
Despesas tributárias	(719)	(906)	(174)	-20,6%	313,2%	(1.916)	(1.910)	0,3%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-	-	(6.101)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	1.107	3.819	557	-71,0%	98,9%	7.596	3.336	127,7%
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(51.598)</b>	<b>(51.856)</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-25,0%</b>	<b>(151.163)</b>	<b>(156.811)</b>	<b>-3,6%</b>
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>205.699</b>	<b>134.532</b>	<b>138.854</b>	<b>52,9%</b>	<b>48,1%</b>	<b>444.017</b>	<b>335.920</b>	<b>32,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(67.278)</b>	<b>(44.071)</b>	<b>(46.171)</b>	<b>52,7%</b>	<b>45,7%</b>	<b>(144.350)</b>	<b>(109.714)</b>	<b>31,6%</b>
Corrente	(63.760)	(45.463)	(46.836)	40,2%	36,1%	(141.503)	(107.587)	31,5%
Diferido	(3.518)	1.392	665	-352,7%	-629,0%	(2.847)	(2.127)	33,9%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>138.421</b>	<b>90.461</b>	<b>92.683</b>	<b>53,0%</b>	<b>49,3%</b>	<b>299.667</b>	<b>226.206</b>	<b>32,5%</b>

## Comentário do Desempenho

## ANEXO 3

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	30/09/11	30/09/10
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>299.667</b>	<b>226.206</b>
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	149.328	126.089
Amortização de ágio em investimentos	-	6.101
Baixas de ativos imobilizados	(8.769)	522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.847	2.127
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	27.742	40.216
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(7.114)	(2.163)
Juros e variações monetárias de empréstimos	49.136	105.374
Juros e variações monetárias de debêntures	174.344	72.853
Despesas financeira AVP	(244)	6.037
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.681)	1.366
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	26.991	(5.073)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.022)	(16.062)
Contas a receber - partes relacionadas	(238)	(37)
Estoques	(3.916)	(780)
Despesas antecipadas	(5.881)	(4.222)
Impostos a recuperar	(250)	(3.653)
Outros créditos	1.104	(2.466)
Cauções contratuais	(3)	1
Depósitos judiciais	(1.095)	(450)
Outras contas a receber	7	13
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	53.119	(24.537)
Fornecedores - partes relacionadas	122	(69)
Cauções contratuais	1.218	2.247
Obrigações sociais	11.988	10.729
Obrigações fiscais	112.242	36.093
Imposto de renda e contribuição social pagos	(88.957)	(28.630)
Receita diferida	171	425
Outras contas a pagar	53.046	26.416
Credores pela concessão	392	325
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.484)	-
Pagamento de juros	(58.637)	(56.540)
Outros passivos	(696)	(1.664)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>779.477</b>	<b>516.794</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(5.016)	(11.906)
Adições ao intangível	(573.437)	(418.420)
Adiantamento para novos projetos	-	256
Aplicações financeiras vinculadas	(302.673)	(124.706)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	304.630	64.494
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(576.496)</b>	<b>(490.282)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	560.132	137.094
Emissão de Debêntures	-	1.372.854
Pagamento de juros e principal	(568.147)	(914.308)
Pagamento de credores pela concessão	(43.873)	(41.353)
Pagamento de dividendos	(68.650)	(41.866)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(120.538)</b>	<b>512.421</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>82.443</b>	<b>538.933</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>1.168.288</b>	<b>442.192</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>1.250.731</b>	<b>981.125</b>

## Comentário do Desempenho

### GLOSSÁRIO

**Concessionárias Estaduais:** Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

**Concessionárias Federais:** Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

**Veículos-Equivalentes:** A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

**Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI:** O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

**Reajuste de Tarifas:** Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

**Custos com o Poder Concedente:** São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

**Ônus Fixo:** De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

**Atualização Monetária do Ônus Fixo:** Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

**Grau de Alavancagem:** A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

**Ajuste a Valor Presente (AVP):** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

## OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913 - 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais - ITR da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infra-estrutura de transporte em geral.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das ITR individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 09 de novembro de 2011.

#### 2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de setembro de 2011, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:

## Notas Explicativas

### Concessionárias Estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

### Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36.
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.
- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou

## Notas Explicativas

suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

### Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

## Notas Explicativas

### Obras

#### Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

#### Na SP 191 - Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras/Rio Claro).

#### Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

#### Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

#### SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 - Sertãozinho/ Bebedouro.
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 - Contorno Viário Sul.
- Construção de dispositivos de acessos/retornos.

## Notas Explicativas

- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 - Sertãozinho.
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480.
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento).
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

### SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra.
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366 + 150.
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

### SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes

- Construção de passarela km 8+550;
- Construção de galeria de aço km 6+400;
- Construção de dispositivo km 8+300.

Em decorrência desses contratos de concessões, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

**Notas Explicativas**

<u>Natureza dos custos</u>	30.09.2011				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2018</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2019</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2028</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	81.123	33.921	403.218	42.459	560.721
Conserva especial	<u>230.907</u>	<u>177.778</u>	<u>244.260</u>	<u>175.321</u>	<u>828.266</u>
	<u>312.030</u>	<u>211.699</u>	<u>647.478</u>	<u>217.780</u>	<u>1.388.987</u>

<u>Natureza dos custos</u>	31.12.2010				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2018</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2019</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2028</u>	<u>Previsão de</u> <u>2011 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	83.939	41.195	411.381	46.895	583.410
Conserva especial	<u>248.128</u>	<u>192.468</u>	<u>277.362</u>	<u>203.236</u>	<u>921.194</u>
	<u>332.067</u>	<u>233.663</u>	<u>688.743</u>	<u>250.131</u>	<u>1.504.604</u>

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

## Notas Explicativas

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

## Notas Explicativas

- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
  - 94,26 km de vias laterais.
  - 10,3 km de variantes/contornos.
  - Construção de 50 passarelas.
  - Construção de 8 praças de pedágio.
  - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário.
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
  - Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
  - Implantação de 208,681m de defensas metálicas.
  - Implantação de 62,556m de barreiras de concreto.
  - Implantação de 1 retorno operacional.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

## Notas Explicativas

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
  - 104,9 km de terceira faixa.
  - 109,6 km de vias laterais.
  - 23,6 km de variantes/contornos.
  - Construção de 51 passarelas.
  - Construção de 6 praças de pedágio.
  - Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSOs.
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

## Notas Explicativas

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para a Fluminense e a Litoral Sul e no mês de dezembro para a Planalto Sul, a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	39.535
Fluminense	2.665	57.080
Fernão Dias	7.916	170.195
Régis Bittencourt	8.436	180.671
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>137.248</u>
	<u>27.287</u>	<u>584.729</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os

## Notas Explicativas

projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O registro de sociedade por ações de capital aberto foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

30.09.2011						
Natureza dos custos	Previsão de 2011 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	253.431	611.018	403.524	965.681	698.381	2.932.035
Recuperações/Manutenções	<u>339.274</u>	<u>334.001</u>	<u>613.025</u>	<u>444.073</u>	<u>560.415</u>	<u>2.290.788</u>
Total	<u>592.705</u>	<u>945.019</u>	<u>1.016.549</u>	<u>1.409.754</u>	<u>1.258.796</u>	<u>5.222.823</u>

31.12.2010						
Natureza dos custos	Previsão de 2011 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	273.427	635.500	451.150	1.076.915	757.778	3.194.770
Recuperações/Manutenções	<u>395.060</u>	<u>378.573</u>	<u>686.714</u>	<u>624.418</u>	<u>614.737</u>	<u>2.699.502</u>
Total	<u>668.487</u>	<u>1.014.073</u>	<u>1.137.864</u>	<u>1.701.333</u>	<u>1.372.515</u>	<u>5.894.272</u>

Referidas estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

## Notas Explicativas

- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As informações trimestrais intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as informações trimestrais intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As ITR individuais da controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRSs. Dessa forma, essas ITR individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

#### 3.2. Base de mensuração

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As ITR individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das ITR exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e

## Notas Explicativas

contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas ITR individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

### Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação

## Notas Explicativas

desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas ITR individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das ITR são:

### 4.1. Base de consolidação

#### Combinações de negócios

##### Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o período findo em 30 de setembro de 2011 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

##### Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRSs e os CPCs, a Sociedade optou por não representar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009.

## Notas Explicativas

Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

### Princípios de consolidação

As ITR consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital total/votante</u>	
		<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%

(a) A Latina Manutenção, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

(b) A Paulista, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

(c) A Latina Sinalização, constituída em 2008, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema

## Notas Explicativas

de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgados na nota explicativa nº 2.

### 4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os saldos desses ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

#### b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas ITR. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

### 4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

## Notas Explicativas

### 4.4. Ativo diferido

O CPC 43 (R1) determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRSs).

### 4.5. Ativo intangível

#### Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas ITR consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de

## Notas Explicativas

mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 4.8. Instrumentos financeiros passivos

#### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

### 4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

## Notas Explicativas

### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do período. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

#### 4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

#### 4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

## Notas Explicativas

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

### 4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada através da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 30 de setembro de 2011 e 5% ao ano em 31 de dezembro de 2010, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 30 de setembro de 2011 e 5% ao ano em 31 de dezembro de 2010, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, implícita no contrato de concessão na data inicial do contrato, e deve ser adotada consistentemente até a realização das obrigações.

## Notas Explicativas

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Provisão para investimentos - real	50.374	9.783
Provisão para investimentos a valor presente	<u>48.474</u>	<u>9.474</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.900</u>	<u>309</u>
Provisão para manutenção - real	44.411	40.035
Provisão para manutenção a valor presente	<u>43.241</u>	<u>38.990</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.170</u>	<u>1.045</u>
Credores pela concessão - real (*)	65.386	61.101
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>64.009</u>	<u>59.639</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.377</u>	<u>1.462</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos - real	18.084	59.861
Provisão para investimentos a valor presente	<u>16.251</u>	<u>54.840</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.833</u>	<u>5.021</u>
Provisão para manutenção - real	213.779	150.632
Provisão para manutenção a valor presente	<u>169.683</u>	<u>124.331</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>44.096</u>	<u>26.301</u>
Credores pela concessão - real	357.074	387.968
Credores pela concessão a valor presente	<u>295.957</u>	<u>316.066</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>61.117</u>	<u>71.902</u>

(\*) Incluem a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

### 4.13. Reconhecimento de receita

#### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

## Notas Explicativas

### 4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

### 4.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21

### 4.16. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas ITR individuais e como informação suplementar às ITR consolidadas, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRSs.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das ITR e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 4.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Sociedade.

### 4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor	Períodos anuais iniciados

## Notas Explicativas

Financeiras Consolidadas	deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 12 – Sobre imposto diferidos (recuperação dos ativos subjacentes)	em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - “Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - “Investment Property”, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC 21 - “Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets” não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações trimestrais.

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e contas bancárias	168	477	19.559	21.336
Aplicações financeiras (*)	<u>17.766</u>	<u>76.429</u>	<u>1.231.172</u>	<u>1.146.952</u>
Total	<u>17.934</u>	<u>76.906</u>	<u>1.250.731</u>	<u>1.168.288</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	1.448	69.022
Debêntures	-	-	7.882	1.518
Fundos de investimentos	17.766	76.429	1.221.842	1.069.412
Letras de Crédito do Agronegócio - LCAs	-	-	-	7.000
Total	<u>17.766</u>	<u>76.429</u>	<u>1.231.172</u>	<u>1.146.952</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 101,40% da variação do CDI no período.

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	79.146	77.800
Cupons de pedágio a receber	5.457	3.400
Cartões de pedágio a receber	1.092	977
Receitas acessórias a receber	225	690
Outras	<u>1.530</u>	<u>1.561</u>
	<u>87.450</u>	<u>84.428</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(\*) conforme nota explicativa nº 28c.

**Notas Explicativas**

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Seguros	41	28	10.501	4.731
Adiantamento a fornecedores		102	806	399
Outros	<u>225</u>	<u>-</u>	<u>438</u>	<u>734</u>
	<u>266</u>	<u>130</u>	<u>11.745</u>	<u>5.864</u>
Circulante	266	130	11.707	5.702
Não circulante	-	-	38	162

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	33.914	32.153
Provisão de participação nos lucros	3.670	3.788
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	5.340	10.589
Direito de concessão incorporado (c)	-	6.231
Mudança de prática contábil (d)	767	7.175
Ágio incorporado da SPR (e)	27.084	32.715
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	175.215	139.370
Provisão para investimentos	(3.872)	2.688
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	44.481	21.709
Ajuste dos encargos financeiros	<u>2.571</u>	<u>2.851</u>
Base de cálculo	289.170	259.269
Alíquota real	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>98.318</u>	<u>88.151</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajustes de leasing financeiro	127	143
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f)	17.212	19.918
Amortização do direito de outorga incorporado (g)	24.888	20.263
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	(38.166)	(22.793)
Efeitos da adoção do ICPC 01 sobre intangível e imobilizado, líquidas	126.089	74.422
Ajuste dos encargos financeiros	<u>(8.348)</u>	<u>(8.417)</u>
Base de cálculo	121.802	83.536
Alíquota real	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>41.412</u>	<u>28.402</u>

## Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.
- (e) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010.
- (f) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 19.
- (g) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (h) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRSs.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	5.967	493
2012	11.661	1.882
2013	10.404	1.910
2014	10.820	1.946
Acima de 2014	<u>59.466</u>	<u>35.181</u>
	<u>98.318</u>	<u>41.412</u>

## Notas Explicativas

### 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.980	5.453	7.353	7.627
IRRF sobre aplicações financeiras	126	1.207	11.105	8.221
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	435	42	435	42
IRRF sobre mútuo	2.302	2.068	3.027	3.256
PIS e COFINS a recuperar	-	51	7	58
IRRF sobre serviços de terceiros	1	1	1.146	1.170
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>6</u>	<u>3.118</u>	<u>4.306</u>
Total	<u>9.857</u>	<u>8.828</u>	<u>26.191</u>	<u>24.680</u>

### 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos, abaixo breve descrição dessas obrigações:

#### Debêntures - Siking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de setembro de 2011, essas aplicações foram remuneradas entre 100% e 100,8% da variação do CDI.

#### BNDES

As coessionárias federais devem depositar, em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas da Sociedade devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 30 de setembro de 2011, essas aplicações foram remuneradas em média a 98% da variação do CDI.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, os valores dessas aplicações são como segue:

	Consolidado			
	30.09.2011		31.12.2010	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	67.869	52	96.875	301
BNDES	<u>4.330</u>	<u>28.821</u>	-	-
	<u>72.199</u>	<u>28.873</u>	<u>96.875</u>	<u>301</u>

### 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

#### ITR individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 30 de setembro de 2011 estão assim representados:

	30.09.2011						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>
Autovias	125.040.451	100%	171.837	760.847	589.010	184.109	45.697
Centrovias	101.483.834	100%	143.960	650.510	506.550	188.368	44.585
Intervias	4.352.285	100%	228.832	920.516	691.684	215.856	67.875
Vianorte	1.132.038	100%	125.107	655.099	529.992	168.704	13.970
Planalto Sul	71.120.381	100%	77.697	304.165	226.468	131.023	4.197
Fluminense	65.196.208	100%	88.926	369.775	280.849	154.118	15.516
Fernão Dias	228.001.000	100%	219.839	786.863	567.024	276.047	13.564
Régis Bittencourt	109.747.902	100%	208.200	871.577	663.377	349.415	40.850
Litoral Sul	93.057.926	100%	115.265	498.806	383.541	208.273	16.842
Paulista (*)	500.000	100%	2.199	12.035	9.836	42.781	3.990
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	27.616	87.495	59.879	213.474	26.527
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	4.693	8.996	4.303	21.522	2.352

(\*) Cotas.

## Notas Explicativas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	31.12.2010						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100	148.083	779.246	631.163	229.038	55.144
Centrovias	105.423.237	100	102.884	655.860	552.976	250.223	56.967
Intervias	4.352.285	100	197.474	933.858	736.384	269.001	84.858
Vianorte	1.132.038	100	111.137	670.386	559.249	210.453	19.604
Planalto Sul	35.001.003	100	36.034	235.640	199.606	136.370	2.639
Fluminense	63.001.003	100	70.938	323.749	252.811	156.612	14.472
Fernão Dias	213.001.003	100	191.275	595.948	404.673	303.684	(8.729)
Régis Bittencourt	85.793.000	100	130.216	652.994	522.778	340.915	38.107
Litoral Sul	51.001.000	100	52.848	380.697	327.849	216.443	12.638
SPR	-	100	-	-	-	-	13.885
Paulista (*)	500.000	100	3.709	11.791	8.082	50.151	6.661
Latina Manutenção (*)	250.000	100	11.089	54.610	43.521	190.250	13.756
Latina Sinalização (*)	250.000	100	4.841	8.500	3.659	27.418	5.367

(\*) Cotas.

A movimentação dos saldos de investimentos no período findo em 30 de Setembro de 2011 é como segue:

	<u>Saldo em 31.12.2010</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital próprio/ dividendos</u>	<u>Equivalência patrimonial - do período</u>	<u>Saldos em 30.09.2011</u>
Autovias	148.083		(21.943)	45.697	171.837
Centrovias	102.884	-	(3.509)	44.585	143.960
Intervias	197.474	-	(36.517)	67.875	228.832
Vianorte	111.137	-	-	13.970	125.107
Planalto Sul	36.034	37.466	-	4.197	77.697
Fluminense	70.938	2.472	-	15.516	88.926
Fernão Dias	191.275	15.000	-	13.564	219.839
Régis Bittencourt	130.216	37.134	-	40.850	208.200
Litoral Sul	52.848	45.575	-	16.842	115.265
Paulista	3.709	-	(5.500)	3.990	2.199
Latina Manutenção	11.089	-	(10.000)	26.527	27.616
Latina Sinalização	4.841	250	(2.750)	2.352	4.693
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.061.581</u>	<u>137.897</u>	<u>(80.219)</u>	<u>295.965</u>	<u>1.415.224</u>

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	Saldo em 31.12.2009	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio / dividendos	Equiv. patrimonial Lucro (prejuízo) do Período	Saldos em 30.09.2010
Autovias	153.209	-	(51.910)	44.486	145.785
Centrovias	86.357	-	(33.686)	44.196	96.867
Intervias	148.535	-	(20.101)	70.626	199.060
Planalto Sul	23.717	-	-	2.304	26.021
Fluminense	58.938	-	-	10.744	69.682
Fernão Dias	55.004	100.000	-	(7.545)	147.459
Régis Bittencourt	99.367	1.792	-	28.309	129.468
Litoral Sul	40.785	-	-	8.010	48.795
SPR (a)	222.362	(116.091)	(2.824)	310	103.757
Paulista	5.348	-	(2.800)	3.816	6.364
Latina Manutenção	14.133	-	(13.800)	10.745	11.078
Latina Sinalização	5.674	-	(2.700)	4.899	7.873
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>914.482</u>	<u>(14.299)</u>	<u>(127.821)</u>	<u>220.900</u>	<u>993.262</u>

(\*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS

## 12. IMOBILIZADO

Os saldos individuais em 30 de setembro de 2011 são como segue:

	Controladora					Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2010	2.156	2.782	1.719	1.583	586	8.826
Adições	144	-	63	167	-	374
Alienações/baixas	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>2.282</u>	<u>2.782</u>	<u>1.782</u>	<u>1.671</u>	<u>586</u>	<u>9.103</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2010	(659)	(728)	(1.212)	(551)	-	(3.150)
Depreciações/amortizações	(155)	(84)	(190)	(218)	-	(647)
Alienações/baixas	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>35</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>(809)</u>	<u>(812)</u>	<u>(1.402)</u>	<u>(739)</u>	<u>-</u>	<u>(3.762)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2010	1.497	2.054	507	1.032	586	5.676
Saldo em 30.09.2011	1.473	1.970	380	932	586	5.341

**Notas Explicativas**

Os saldos individuais em 30 de setembro de 2010 são como segue:

	<u>Controladora</u>					<u>Total</u>
	<u>Móveis Utensílios e Instalações</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Benfeitorias em bens de terceiros</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Terrenos</u>	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	-	6.937
Adições	442	-	296	608	586	1.932
Transferências	(200)	-	-	200	-	-
Alienações/baixas	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43)</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>1.947</u>	<u>2.782</u>	<u>1.719</u>	<u>1.792</u>	<u>586</u>	<u>8.826</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	-	(2.295)
Depreciações/amortizações	(142)	(83)	(229)	(219)	-	(673)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>(605)</u>	<u>(700)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(511)</u>	<u>-</u>	<u>(2.968)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2009	1.272	2.165	513	692	-	4.642
Saldo em 30.09.2010	1.342	2.082	567	1.281	586	5.858

## Notas Explicativas

Os saldos consolidados de 30 de setembro de 2011 são como segue:

	Consolidado										Total	
	Móveis, utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e beneficentárias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento		
<b>Custo do imobilizado bruto</b>												
Saldo em 31.12.2010	7.665	9.459	2.221	5.283	13.663	7.754	586	16.356	1.676	1.061	65.724	
Adições	1.097	1.660	811	933	2.119	264	-	2.991	170	3.371	13.416	
Transferências	(2.325)	18	(22)	(15)	1.092	4.612	-	1.958	24	(7.989)	(2.647)	
Alienações/baixas	(40)	(205)	(289)	(8)	(148)	-	-	-	(79)	-	(769)	
Saldo em 30.09.2011	<u>6.397</u>	<u>10.932</u>	<u>2.721</u>	<u>6.193</u>	<u>16.726</u>	<u>12.630</u>	<u>586</u>	<u>21.305</u>	<u>1.791</u>	<u>(3.557)</u>	<u>75.724</u>	
<b>Depreciação acumulada</b>												
Saldo em 31.12.2010	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.626)	(3.366)	(886)	-	(2.115)	(567)	-	(17.610)	
Depreciações/amortizações	(168)	(682)	(229)	(760)	(2.008)	(362)	-	(1.807)	(223)	-	(6.239)	
Transferências	1	-	-	(16)	(1)	-	-	17	(1)	-	-	
Alienações/baixas	17	159	70	5	60	-	-	-	30	-	341	
Saldo em 30.09.2011	<u>(2.033)</u>	<u>(5.385)</u>	<u>(1.464)</u>	<u>(3.397)</u>	<u>(5.315)</u>	<u>(1.248)</u>	<u>-</u>	<u>(3.905)</u>	<u>(761)</u>	<u>-</u>	<u>(23.508)</u>	
<b>Imobilizado líquido</b>												
Saldo em 31.12.2010	5.782	4.597	916	2.657	10.297	6.868	586	14.241	1.109	1.061	48.114	
Saldo em 30.09.2011	4.364	5.547	1.257	2.796	11.411	11.382	586	17.400	1.030	(3.557)	52.216	
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-	

## Notas Explicativas

Os saldos consolidados de 30 de setembro de 2010 são como segue:

	Consolidado										Total	
	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento		
<u>Custo do imobilizado bruto</u>												
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	-	3.442	1.546	1.276	29.577	
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	-	2.933	864	37	13.038	
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)	
Alienações/baixas	(18)	(681)	(22)	-	(159)	-	-	-	(93)	-	(973)	
Saldo em 31.12.2009	<u>6.751</u>	<u>9.240</u>	<u>1.901</u>	<u>4.461</u>	<u>5.879</u>	<u>4.022</u>	-	<u>6.375</u>	<u>1.011</u>	<u>2</u>	<u>39.642</u>	
Adições	761	808	306	735	5.026	888	586	1.189	672	93	11.064	
Transferências	(45)	(586)	-	(33)	(3)	(183)	-	-	200	(80)	(730)	
Alienações/baixas	(59)	(370)	(19)	(2)	(409)	-	-	-	-	-	(859)	
Saldo em 30.09.2010	<u>7.408</u>	<u>9.092</u>	<u>2.188</u>	<u>5.161</u>	<u>10.493</u>	<u>4.727</u>	<u>586</u>	<u>7.564</u>	<u>1.883</u>	<u>15</u>	<u>49.117</u>	
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	-	(711)	(221)	-	(7.872)	
Depreciações/amortizações	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	-	(583)	(154)	-	(4.761)	
Transferências	-	(56)	-	40	-	-	-	(509)	-	-	(525)	
Alienações/baixas	14	447	1	-	121	-	-	530	74	-	1.187	
Saldo em 31.12.2009	<u>(1.082)</u>	<u>(4.115)</u>	<u>(972)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>(1.818)</u>	<u>(764)</u>	-	<u>(1.273)</u>	<u>(301)</u>	-	<u>(11.971)</u>	
Depreciações/amortizações	(616)	(766)	(260)	(732)	(1.411)	(56)	-	(465)	(223)	-	(4.529)	
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)	
Alienações/baixas	11	321	-	-	183	-	-	-	-	-	515	
Saldo em 30.09.2010	<u>(1.687)</u>	<u>(4.619)</u>	<u>(1.232)</u>	<u>(2.378)</u>	<u>(3.046)</u>	<u>(820)</u>	-	<u>(1.738)</u>	<u>(524)</u>	-	<u>(16.044)</u>	
<u>Imobilizado líquido:</u>												
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	3.479	2.731	1.325	1.276	21.705	
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	-	5.102	710	2	27.671	
Saldo em 30.09.2010	5.721	4.473	956	2.783	7.447	3.907	586	5.826	1.359	15	33.073	
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-	

## Notas Explicativas

### 13. INTANGÍVEL

A movimentação dos saldos individuais em 30 de setembro de 2011 é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	645
Adições	<u>62</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>707</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(292)
Amortização	<u>(94)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>(386)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	353
Saldo em 30 de setembro de 2011	321

A movimentação dos saldos individuais em 30 de setembro de 2010 é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 31.12.2009	504
Adições	<u>133</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>637</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 31.12.2009	(179)
Amortização	<u>(84)</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>(263)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 01.01.2010	325
Saldo em 30.09.2011	374

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos consolidados em 30 de setembro de 2011 é como segue:

	Consolidado							
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2010	3.831.616	351.939	130.144	12.320	9.997	253.865	6.155	4.596.036
Adições	302.320	-	-	1.136	-	307.653	5.544	616.653
Transferências/incorporação	107.562	-	-	(1)	-	(104.631)	(582)	2.348
Alienações/baixas	(40.266)	-	-	(1)	-	(25.922)	-	(66.189)
Saldo em 30.09.2011	<u>4.201.232</u>	<u>351.939</u>	<u>130.144</u>	<u>13.454</u>	<u>9.997</u>	<u>430.965</u>	<u>11.117</u>	<u>5.148.848</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2010	(1.128.615)	(144.926)	(34.538)	(6.377)	-	-	-	(1.314.456)
Amortização	(117.345)	(17.536)	(6.586)	(1.206)	(416)	-	-	(143.089)
Transferências	4.205	(1.347)	(2.839)	(19)	-	-	-	-
Alienações/baixas	1.326	-	-	-	-	-	-	1.326
Saldo em 30.09.2011	<u>(1.240.429)</u>	<u>(163.809)</u>	<u>(43.963)</u>	<u>(7.602)</u>	<u>(416)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.456.219)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2010	2.703.001	207.013	95.606	5.943	9.997	253.865	6.155	3.281.580
Saldo em 30.09.2011	2.960.803	188.130	86.181	5.852	9.581	430.965	11.117	3.692.629

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 18.

**Notas Explicativas**

(c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada “Agio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

(d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaise a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

A movimentação dos saldos consolidados em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	Consolidado							Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SPR (d)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	167.536	11.607	3.981.212
Adições	258.994	-	-	-	940	196.083	2.942	458.959
Transferências / Incorporação	155.678	-	-	-	-	(147.013)	(7.935)	730
Alienações/baixas	(1.853)	-	-	-	-	(643)	-	(2.496)
Saldo em 30.09.2010	<u>3.707.466</u>	<u>351.939</u>	<u>69.818</u>	<u>74.560</u>	<u>12.045</u>	<u>215.963</u>	<u>6.614</u>	<u>4.438.405</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	(1.154.433)
Amortização	(99.455)	(19.253)	(1.815)	(6.101)	(1.037)	-	-	(127.661)
Transferências	(4)	-	-	-	59	(2)	-	53
Alienações/baixas	979	-	-	-	-	-	-	979
Saldo em 30.09.2010	<u>(1.088.145)</u>	<u>(138.628)</u>	<u>(33.955)</u>	<u>(14.234)</u>	<u>(6.098)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(1.281.062)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 30.09.2010	2.619.321	213.311	35.863	60.326	5.947	215.961	6.614	3.157.343

## Notas Explicativas

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,8% a.a. a 7,5% a.a.	178.400	923.910
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a. a 7,75% a.a.	11.198	9.930
Leasing (c)	CDI + 1,52% a.a. a 1,87% a.a.	2.068	4.438
Financiamento de Veículos (d)	16,63 a.a pré fixada	<u>90</u>	<u>-</u>
		191.756	938.278
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,5% a.a.	1.109.727	17.120
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a. a 7,75% a.a.	16.192	10.914
Leasing (c)	CDI + 1,52% a.a. a 1,87% a.a.	5.474	14.724
Financiamento de Veículos	16,63 a.a pré fixada	<u>164</u>	<u>-</u>
		1.131.557	42.758
		<u>1.323.313</u>	<u>981.036</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.

Células de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas células são os próprios bens. As linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais Fernão Dias e Litoral Sul, contribuirão com a estratégia da Companhia de alongar o perfil da dívida. Até o final do ano, a Companhia espera a conclusão da análise e aprovação, por parte do BNDES, do financiamento de longo prazo direcionado à Autopista Fluminense.

Em 30 de setembro de 2011 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

#### Ano de vencimento

2012 (a partir de setembro)	28.746
2013	65.713
2014	71.218
2015	73.046
Após 2015	<u>892.834</u>
	<u>1.131.557</u>

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar vencimento antecipado. As principais restrições são:

## Notas Explicativas

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

### Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo.
- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

No primeiro trimestre de 2011, a Régis Bittencourt e a Planalto Sul assinaram contratos com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esses contratos possuem cláusulas restritivas que podem implicar vencimento antecipado. As principais restrições são as seguintes:

### Da Sociedade

- a) Cumprir, no que couber, até a final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as “disposições aplicáveis aos contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878, de 4 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 6 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de

## Notas Explicativas

24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571, de 4 de março de 2008, e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 8 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 6 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à Sociedade, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo dele, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos.

- b) Utilizar o total do crédito nos prazos mencionados nas alíneas a seguir, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro:
  - a) Para a Categoria de Crédito “A”, em até 9 (nove) meses.
  - b) Para a Categoria de Crédito “B”, até 31 de dezembro de 2013.
- c) Apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
- d) Na hipótese de ocorrer, em virtude do projeto de financiamento, a redução do quadro de pessoal da Sociedade durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão.
- e) Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de financiamento.
- f) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato de Financiamento.
- g) Observar, durante o período de vigência do Contrato de Financiamento, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.
- h) Comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a).
- i) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES.

## Notas Explicativas

- j) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
  - a) A Sociedade deverá notificar o BNDES no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data do trânsito em julgado do procedimento administrativo para aplicação da referida multa.
  - b) Para efeitos de aplicação de multa, caso seja esta a sanção a ser atribuída ao inadimplemento do inciso X desta Cláusula, o BNDES considerará o período no qual a Sociedade esteve inadimplente perante a ANTT.
- k) Apresentar trimestralmente, ao BNDES, lista atualizada contendo o status de todos os Autos de Infração - AIs e Notificações de Infração - NIs expedidos pela ANTT, nos moldes da sua Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, ou a que vier a lhe substituir, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES.
- l) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação deste Contrato, balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- m) Apresentar trimestralmente, ao BNDES, os respectivos balancetes mensais, até a final liquidação do presente Contrato, incluindo movimento de receitas e despesas da Sociedade e da exploração do pedágio.
  - a) A periodicidade de apresentação do balancete poderá ser alterada, ao exclusivo critério do BNDES.
- n) Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, durante a realização do projeto de financiamento, observado o disposto no inciso XX desta Cláusula, exceto no caso de expressa anuência do BNDES.
- o) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do presente Contrato.
- p) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- q) Não apresentar - sem prévia e expressa autorização do BNDES - saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, a ser auferido pelas apurações estipuladas nos incisos XI e XIII desta Cláusula, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta Condição Geral:
  - a) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada no inciso XI desta Cláusula, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
  - b) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

## Notas Explicativas

- c) Ficam excluídos do cômputo a que se refere à alínea “a” anterior os valores referentes:
1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
  2. Aos mútuos concedidos à Sociedade por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas), conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo.
  3. Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente deste Contrato.
    - a) Para fazer jus a qualquer destas exclusões indicadas acima, a Sociedade deverá segregar tais valores em todas as demonstrações que forem remetidas ao BNDES, nos termos dos incisos XI e XIII (com a alínea “a”) desta Cláusula.
- r) Apresentar trimestralmente, durante o período de utilização do crédito, relatório físico-financeiro de andamento do projeto, com dados mensais, fazendo constar da relação dos pagamentos efetuados no período, de acordo com os itens do Quadro de Usos e Fontes, posição atualizada do cronograma de execução físico-financeira e principais eventos ocorridos.
- s) Comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o projeto mencionado na Cláusula Primeira, em especial, mas não se limitando, em relação à Ação Civil Pública nº 0022082-63.2005.403.6100, tramitando perante o Juízo Federal da 10ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo, à Ação Civil Pública nº 2007.70.00.028105-8, tramitando perante o Juízo Federal da 3ª Vara Cível de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, e às ações indicadas no item nº 21.3 do contrato de concessão, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria Sociedade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a Sociedade teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos.
- t) Observado o disposto no inciso XIV desta Cláusula, não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos indicados no item “2”, alínea “c”, inciso XVII desta Cláusula, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado com base nas apurações estipuladas no inciso XI desta Cláusula, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

## Notas Explicativas

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- u) Além das hipóteses de vencimento legal, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- Inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou do Interveniante.
  - Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Sociedade pertença.
  - O controle efetivo, direto ou indireto, da Sociedade sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES.
  - Ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.
  - A redução do quadro de pessoal da Sociedade sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Nona.
  - A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
  - A inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dessa operação.
  - A falsidade da declaração firmada pela Sociedade em [dia, mês (por extenso) e ano], previamente à contratação, que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES.
  - A constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES na Cláusula Sétima.
  - A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão.
  - O descumprimento da obrigação estabelecida no inciso XX.
  - A intencional falsidade de informações prestadas por meio dos balancetes previstos no inciso XIII, especialmente no que tange a empréstimos contratados.

## Notas Explicativas

- v) Verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Sociedade, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.
- w) Manter a cessão fiduciária ora constituída, bem como todas as autorizações e obrigações aqui previstas, sempre em pleno vigor, válidas e eficazes, e reforçar, substituir, repor ou complementar a presente garantia, com outras garantias relativas ao contrato de financiamento, se os direitos cedidos forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa.
- x) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou a sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expreso consentimento do BNDES.
- y) Defender-se, como também defender os direitos do BNDES, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este Contrato, sendo a única responsável por quaisquer reclamações ou ações que possam invalidar ou prejudicar os direitos cedidos ou o direito real de garantia dado ao BNDES por meio do presente instrumento.
- z) Manter o BNDES indene de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) decorrentes do contrato que sejam: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos direitos cedidos; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, de quaisquer declarações ou compromissos da cedente contidos no contrato; ou (iii) referentes à criação e à formalização, pela cedente, do gravame aqui previsto.
- aa) Mediante solicitação por escrito do BNDES, praticar, exclusivamente às suas custas, todos os atos, bem como assinar todo e qualquer documento necessário à manutenção dos direitos previstos no contrato que não impliquem assunção de qualquer obrigação adicional ou ampliação de obrigação existente ou, ainda, extinção de direitos assegurados no contrato de financiamento ou outro instrumento aplicável, exceto se assim acordado com o BNDES.
- bb) Indenizar o BNDES, seus diretores, empregados, assessores, sociedades afiliadas, coligadas, controladoras e controladas por todos e quaisquer custos e desembolsos, de qualquer tipo ou natureza, que venham a ser comprovadamente incorridos ou julgados contra eles e que sejam de alguma forma relacionados ou originados do contrato, bem como tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão, do contrato de cessão fiduciária, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar a fim de possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos no contrato.
- cc) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.
- dd) Fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, quando assim solicitado, qualquer informação ou documento adicional que o BNDES possa vir a solicitar relativamente aos direitos cedidos.
- ee) Expressamente renunciar a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrário à instituição da cessão fiduciária sobre os direitos cedidos,

## Notas Explicativas

de acordo com o contrato de financiamento, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos do BNDES ou impedir a Sociedade de cumprir as obrigações contratuais contraídas no contrato de financiamento.

- ff) Contratar, se solicitado pelo BNDES, Auditoria Independente, às suas expensas, para realizar a aferição do tráfego, devendo a empresa ser submetida à prévia aprovação do BNDES, bem como remeter relatórios nos quais sejam especificados os montantes arrecadados para cada modalidade de cobrança e forma de pagamento, conforme definido no contrato de concessão.

### Do acionista

- I. Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da beneficiária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Sociedade ou em transferência do controle acionário da Sociedade, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Sociedade, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- II. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, de dispositivo que importe em:
  - a) Restrições à capacidade de crescimento da Sociedade ou ao seu desenvolvimento tecnológico.
  - b) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- III. Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- IV. Tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação.
- V. Substituir ou reforçar a garantia real caso esta fique abaixo do mínimo de 130% (cento e trinta por cento) do valor da dívida, exceto se regulamento específico estabelecer índice diverso para as operações por ele regidas.
- VI. Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da Sociedade, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- VII. Manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da beneficiária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da beneficiária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- VIII. Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.
- IX. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da Sociedade ou ainda por falência ou recuperação judicial da Sociedade, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, as intervenientes deverão pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60

## Notas Explicativas

(sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

- a) Caso a indenização a que se refere o inciso IX desta Cláusula não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado o aludido prazo.
- X. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização.
- XI. Na hipótese de extinção do contrato de concessão a qualquer título, por determinação judicial, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da sentença que houver determinado o fim do referido contrato.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das Informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das ITR.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos em curto prazo.

### 15. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30.09.2011		31.12.2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:							
1ª série (a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	Mar./2015	68.371	167.654	68.647	217.945
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	5.684	131.071	7.940	124.775
2ª emissão (b)	<u>1.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>24.987</u>	<u>76.472</u>	<u>7.249</u>	<u>94.118</u>
	<u>406.000</u>			99.042	375.197	83.836	436.838
Custo de transação				<u>(1.010)</u>	<u>(1.727)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
				<u>98.032</u>	<u>373.470</u>	<u>82.676</u>	<u>434.376</u>
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	68.653	168.319	68.933	218.810
2ª série (a)	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>5.684</u>	<u>131.070</u>	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
	<u>406.131</u>			74.337	299.389	76.873	343.584
Custo de transação				<u>(822)</u>	<u>(1.457)</u>	<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
				<u>73.515</u>	<u>297.932</u>	75.919	341.540
Intervias:							
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	73.865	181.153	74.159	235.493
2ª emissão (b)	<u>3.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>74.963</u>	<u>229.416</u>	<u>21.747</u>	<u>282.354</u>
	<u>310.947</u>			148.828	410.569	95.906	517.847
Custo de transação				<u>(1.228)</u>	<u>(1.541)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(2.428)</u>
				147.600	409.028	94.462	515.419
Vianorte:							

## Notas Explicativas

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30.09.2011		31.12.2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	36.896	90.460	37.047	117.596
2ª série (a)	<u>100.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>4.771</u>	<u>109.242</u>	<u>6.616</u>	<u>103.978</u>
	<u>253.776</u>			41.667	199.702	43.663	221.574
Custo de transação				<u>(553)</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(635)</u>	<u>(1.488)</u>
				41.114	198.619	43.028	220.086
Total				<u>360.261</u>	<u>1.279.049</u>	<u>296.085</u>	<u>1.511.421</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real em 30 de setembro de 2011 unitário de R\$1.000,00 cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real em 30 de setembro de 2011 unitário de R\$100.000,00 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real em 30 de setembro de 2011 unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data de emissão	Valor real em 30.09.2011	Data de integralização	Valor subscrito
1ª série	15.03.2010	724.907	26.04.2010	732.936
2ª série	15.03.2010	340.000	27.04.2010	345.382
1ª emissão	15.03.2010	307.947	26.04.2010	311.300
2ª emissão	22.11.2010	<u>400.000</u>	16.12.2010	<u>403.385</u>
Total		<u>1.772.854</u>		<u>1.793.003</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

### Ano de vencimento

2012 (a partir de setembro)	83.676
2013	335.148
2014	335.859
2015	291.045

**Notas Explicativas**

2016	116.592
2017	<u>116.729</u>
	<u>1.279.049</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota 10.

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	-	162	32.313	18.938
Contribuição social	518	61	13.734	8.459
IRRF	940	1.004	3.213	1.872
PIS	112	-	1.249	958
COFINS	244	-	5.499	4.423
Tributos federais retidos	44	13	4.234	6.004
ISS	-	1	11.884	9.790
Impostos parcelados (a)	-	-	2904	-
	<u>1.858</u>	<u>1.241</u>	<u>75.030</u>	<u>50.444</u>

- (a) Em 2009 a controlada Vianorte aderiu ao REFIS consolidando a dívida total, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários com remissão, redução de juros e anistia de multas, total ou parcial. A adesão ao programa visa equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS e COFINS) sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 30 meses, que conferiu à Sociedade anistia parcial de 90% da multa e redução de 40% dos juros sobre a dívida original.

**Notas Explicativas**

Assim sendo, o valor da dívida original consolidada é composto conforme segue:

Principal	2.371
Juros	<u>533</u>
Total	<u>2.904</u>

O saldo de impostos parcelados está sujeito a atualização monetária pelo índice de variação da Selic.

(\*) Refere-se a impostos parcelados, registrados na rubrica outras contas a pagar.

**17. CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Contas a receber - partes relacionadas:				
Controladas:				
Autovias (a)	102	91	-	-
Centrovias (a)	92	93	-	-
Intervias (a)	95	114	-	-
Vianorte (a)	98	90	-	-
Planalto Sul (b)	872	1.029	-	-
Fluminense (b)	1.036	1.018	-	-
Fernão Dias (b)	1.535	1.506	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.897	1.933	-	-
Litoral Sul (b)	1.505	1.475	-	-
Latina Manutenção	61	50	-	-
Latina Sinalização	61	48	-	-
Paulista	62	49	-	-
Autovias (e)	4.001	-	-	-
Centrovias (e)	2.983	-	-	-
Intervias (e)	4.756	-	-	-
Planalto Sul (c)	9.485	9.753	-	-
Fluminense (c)	19.056	13.154	-	-
Fernão Dias (c)	34.671	23.871	-	-
Régis Bittencourt (c)	30.153	25.876	-	-
Litoral Sul (c)	17.175	10.891	-	-
Partes Relacionadas:				
Ambiente	1	-	1	-
Autopark	11	-	11	-
OHL Concesiones	<u>87</u>	<u>89</u>	<u>315</u>	<u>89</u>
Total	<u>129.795</u>	<u>91.130</u>	<u>327</u>	<u>89</u>

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Dividendos a receber de controladas:		
Autovias	-	8.361
Centrovias	-	11.053
Intervias	15.816	15.816
Vianorte	4.313	4.313
Planalto Sul	-	322
Fluminense	-	2.472
Régis Bittencourt	-	9.050
Litoral Sul	-	575
	<u>20.129</u>	<u>51.962</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber partes relacionadas - controladas:		
Planalto Sul (c)	37.000	60.000
Fluminense (c)	60.000	60.000
Fernão Dias (c)	110.000	110.000
Régis Bittencourt (c)	97.000	119.000
Litoral Sul (c)	67.000	67.000
Total	<u>371.000</u>	<u>416.000</u>

(\*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	37.633	26.313	-	-
Centrovias (d)	14.918	10.445	-	-
Intervias (d)	64.176	44.678	-	-
Total	<u>116.727</u>	<u>81.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
OHL Concesiones S.L.	68	68	68	68
Hur S.A.	270	243	270	243
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	447	406	447	406
Participe en Brasil S.L.	153	99	153	99
Controladas:				
Centrovias (b)	5	5	-	-
Intervias (b)	3	12	-	-
Latina Sinalização	2	-	-	-
SPR (d)	-	2	-	-
Total	<u>948</u>	<u>835</u>	<u>938</u>	<u>816</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	114.000	114.000	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	-	-
Intervias (d)	197.000	197.000	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## Notas Explicativas

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- (c) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais.
- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de setembro de 2010.
- (e) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(13.317)	(10.039)
Centrovias	(5.264)	(3.965)
Intervias	(22.937)	(17.289)
Planalto Sul	4.560	4.990
Fluminense	6.944	5.234
Fernão Dias	12.706	10.364
Régis Bittencourt	12.190	9.572
Litoral Sul	7.393	5.571
Partes relacionadas		
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	(93)	33
Hur S.A.	<u>24</u>	<u>6</u>
Total	<u>2.206</u>	<u>4.477</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2011, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.202 (R\$3.954 em 30 de setembro de 2010) na controladora e R\$ 9.188 (R\$8.788 em 30 de setembro de 2010) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## Notas Explicativas

### 19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
<u>Circulante</u>		<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Direito de outorga	6.391	5.989	6.561	6.151
	Parcela variável (a)	727	650	727	650
Centrovias	Direito de outorga	9.570	8.979	9.817	9.203
	Parcela variável (a)	744	651	744	651
Intervias	Direito de outorga	5.950	5.634	6.109	5.727
	Parcela variável (b)	937	791	937	791
Vianorte	Direito de outorga	39.027	36.353	39.827	37.336
	Parcela variável (a)	663	592	664	592
<b>Total</b>		<u>64.009</u>	<u>59.639</u>	<u>65.386</u>	<u>61.101</u>
		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
<u>Não circulante</u>		<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Direito de outorga	32.237	34.277	39.048	42.246
Centrovias	Direito de outorga	46.466	49.645	55.958	60.835
Intervias	Direito de outorga	36.008	37.461	45.066	47.696
Vianorte	Direito de outorga	<u>181.246</u>	<u>194.683</u>	<u>217.002</u>	<u>237.191</u>
<b>Total</b>		<u>295.957</u>	<u>316.066</u>	<u>357.074</u>	<u>387.968</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

## Notas Explicativas

- (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2011 está assim representada:

	Parcelas		Total
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Autovias	12	71	83
Centrovias	12	68	80
Intervias	12	88	100
Vianorte	12	65	77

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2011 ao Poder Concedente estão assim representados:

	Outorga		Valor pago
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	4.620	5.890	10.510
Centrovias	6.910	5.858	12.768
Intervias	4.301	7.286	11.587
Vianorte	<u>28.042</u>	<u>5.286</u>	<u>33.328</u>
Total	<u>43.873</u>	<u>24.320</u>	<u>68.193</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

### Ano de vencimento

2012	23.076
2013	62.682
2014	62.682
Após 2014	<u>208.634</u>
	<u>357.074</u>

## 20. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima

## Notas Explicativas

que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 são conforme segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.09.2011</u>
Cíveis	6.175	1.699	(3.870)	(1.316)	5	2.693
Trabalhistas	3.831	722	(2.012)	(168)	-	2.373
Fiscais	<u>212</u>	<u>-</u>	<u>(225)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
Total	<u>10.218</u>	<u>2.421</u>	<u>(6.107)</u>	<u>(1.484)</u>	<u>5</u>	<u>5.053</u>

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.09.2010</u>
Cíveis	3.933	1.863	(141)	(511)	-	5.144
Trabalhistas	2.699	1.149	(273)	(74)	-	3.501
Fiscais	<u>736</u>	<u>133</u>	<u>(775)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>3.145</u>	<u>(1.189)</u>	<u>(590)</u>	<u>-</u>	<u>8.734</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 6.953, R\$ 2.230 e R\$ 785, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2011.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2010	38.990	9.474	124.331	54.840
Adições	1.197	233	136.890	1.784
Utilizações	(88.484)	(1.404)	-	(202)
Transferências	<u>91.538</u>	<u>40.171</u>	<u>(91.538)</u>	<u>(40.171)</u>
Saldos em 30.09.2011	<u>43.241</u>	<u>48.474</u>	<u>169.683</u>	<u>16.251</u>

Os pagamentos efetuados no período, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$91.722

## Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 é conforme segue:

Provisões	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	17.384	886	56.688	1.682
Utilizações	(69.564)	(3.852)	-	(1.418)
Transferências	<u>22.306</u>	<u>5.142</u>	<u>(22.306)</u>	<u>(5.142)</u>
Saldos em 30.09.2010	<u>32.600</u>	<u>7.254</u>	<u>113.138</u>	<u>56.374</u>

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 592.124 (R\$ 549.083 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor real em 30 de setembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2011	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.625.500	12,50
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	4.804.300	7,00
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	107	0,00
Outros	<u>10.681.210</u>	<u>15,50</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	31.12.2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,53
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.344.300	7,76
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	9	0,00
Outros	<u>10.824.808</u>	<u>15,71</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

## Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	289.055
Reserva legal de 5%	<u>(14.453)</u>
Base de cálculo	274.602
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>68.650</u>
Dividendos por ação	0,99653

## 22. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2011</u>		<u>30.09.2010</u>	
	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses
Receita de serviços prestados	506.535	1.394.741	430.983	1.187.326
Outras receitas	24.660	80.249	26.699	68.520
Receita de serviços de construção	<u>256.277</u>	<u>596.944</u>	<u>179.420</u>	<u>459.242</u>
	<u>787.472</u>	<u>2.071.934</u>	<u>637.102</u>	<u>1.715.088</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2011</u>		<u>30.09.2010</u>	
	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses
Receita bruta	787.472	2.071.934	637.102	1.715.088
ISSQN	(28.219)	(78.722)	(24.401)	(66.888)
PIS	(3.469)	(9.652)	(3.007)	(8.211)
COFINS	(17.303)	(45848)	(13.910)	(37.802)
Outras deduções	<u>(1.199)</u>	<u>(3.338)</u>	<u>(893)</u>	<u>(2.207)</u>
Receita líquida	<u>737.282</u>	<u>1.934.374</u>	<u>594.891</u>	<u>1.599.980</u>

**Notas Explicativas****23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Despesas</u>	Controladora			
	30.09.2011		30.09.2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>
Com pessoal (a)	592	3.873	541	2.931
Serviços de terceiros	877	2.084	1.223	2.305
Depreciação / amortização	184	683	224	678
Seguros / garantias	14	49	34	34
Consumos	126	445	80	423
Transportes	58	180	50	155
Outros	<u>1.038</u>	<u>3.206</u>	<u>(65)</u>	<u>2.060</u>
Total	<u>2.889</u>	<u>10.520</u>	<u>2.087</u>	<u>8.586</u>

<u>Custos</u>	Consolidado			
	30.09.2011		30.09.2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>
Custo de construção	256.277	596.944	179.420	459.242
Com pessoal	26.521	77.333	27.424	69.944
Serviços de terceiros	37.339	111.590	59.401	129.668
Depreciação / amortização	45.864	135.899	43.706	117.657
Custos com poder concedente	9.344	24.710	8.931	23.964
Seguros / garantias	1.551	4.345	1.236	3.977
Conservação	17.146	64.864	14.902	67.633
Provisão para manutenção em rodovias	43.416	147.228	43.813	88.176
Taxa fiscalização	8.156	24.415	7.713	23.086
Outros	<u>10.567</u>	<u>42.666</u>	<u>(18.350)</u>	<u>16.809</u>
Total	<u>456.181</u>	<u>1.229.994</u>	<u>368.196</u>	<u>1.000.156</u>

<u>Despesas</u>	Consolidado			
	30.09.2011		30.09.2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>
Com pessoal	12.470	43.086	15.429	41.564
Serviços de terceiros	6.726	22.175	6.558	18.425
Depreciação / amortização	4.992	13.429	2.243	8.701
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	953	(3.624)	404	512
Seguros / garantias	1.818	5.317	680	3.808
Consumos	1.492	4.576	1.284	5.597
Transportes	505	1.613	609	2.316
Outros	<u>4.627</u>	<u>18.700</u>	<u>3.980</u>	<u>12.707</u>
Total	<u>33.583</u>	<u>105.272</u>	<u>31.187</u>	<u>93.630</u>

a) No 2º trimestre de 2011 houve ajuste na provisão de gratificações.

**Notas Explicativas**

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	30.09.2011		30.09.2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	15.344	43.793	13.955	36.402
Aplicações financeiras	435	3.713	2.536	2.999
Outras receitas	319	852	-	11
Total receitas	<u>16.098</u>	<u>48.358</u>	<u>16.491</u>	<u>39.412</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(15.063)	(41.518)	(12.005)	(31.293)
Outras despesas	(4)	(10)	(10)	(138)
Total despesas	<u>(15.067)</u>	<u>(41.528)</u>	<u>(12.015)</u>	<u>(31.431)</u>

	Consolidado			
	30.09.2011		30.09.2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove meses</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.932	8.000	2.612	7.743
Aplicações financeiras	39.879	110.391	27.272	53.328
Outras receitas	4.757	5.623	382	896
Total receitas	<u>47.568</u>	<u>124.014</u>	<u>30.266</u>	<u>61.967</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(77.261)	(231.498)	(63.128)	(155.897)
Atualização monetária do ônus da concessão	(7.566)	(27.747)	(11.547)	(40.192)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	2.039	(3.800)	(2.734)	(8.151)
Outras despesas	(3.187)	(11.650)	(4.710)	(14.569)
Total despesas	<u>(85.975)</u>	<u>(274.695)</u>	<u>(82.119)</u>	<u>(218.809)</u>

## 25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

## b) Informações suplementares

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	44.715	34.421
Integralização de capital	27.719	-
Juros capitalizados	10.447	6.316
Aumento de capital com reserva de lucro	39.606	

## Notas Explicativas

### 26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de setembro de 2011 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	291.612	217.213	444.017	355.921
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(99.148)	(73.853)	(150.966)	(121.013)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	100.628	75.107	-	-
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	(4.640)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	1.282	(2.074)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social		1.000	1.215	3.829
Outros ajustes	(3.708)	(7)	4.119	9.543
Despesa contabilizada	<u>(2.228)</u>	<u>(2.393)</u>	<u>(144.350)</u>	<u>(109.715)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(2.228)	(2.393)	(141.503)	(107.588)
Diferidos	-	-	(2.847)	(2.127)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

### 27. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Lucro líquido do exercício	289.384	214.820	299.667	226.206
Número de ações durante o ano	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - básico	<u>4.2007</u>	<u>3.1183</u>	<u>4.3500</u>	<u>3.2836</u>
<u>Diluído</u>				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	289.384	214.820	299.667	226.206
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - diluído	<u>4.2007</u>	<u>3.1183</u>	<u>4.3500</u>	<u>3.2836</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## Notas Explicativas

### 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas, as debêntures foram emitidas ao longo de 2010.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2011</u> Empréstimos recebíveis	<u>31.12.2010</u> Empréstimos recebíveis	<u>31.09.2011</u> Empréstimos recebíveis	<u>31.12.2010</u> Empréstimos recebíveis
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	17.934	76.906	1.250.731	1.168.288
Partes relacionadas	129.795	91.130	327	89
Outras contas a receber	593	337	3.693	4.797

## Notas Explicativas

Passivos	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011 Passivos financeiros ao custo amortizado	31.12.2010 Passivos financeiros ao custo amortizado	30.09.2010 Passivos financeiros ao custo amortizado	31.12.2010 Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	1.116	183	99.607	71.124
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.323.313	981.036
Debêntures	-	-	1.639.310	1.807.506
Partes relacionadas	473.675	438.271	938	816
Credores pela concessão	-	-	359.966	375.705
Outras contas a pagar	147	119	27.296	20.773

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	16,50%
Juros a incorrer (*)	(176.873)	(215.870)	(254.541)
Receita de aplicações financeiras	123.822	154.615	182.404
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(66.684)	(80.884)	(94.501)
IPCA	6,16%	7,70%	9,24%
Juros a incorrer (*)	(54.542)	(61.175)	(67.912)
Juros a Incorrer líquido	(174.277)	(203.314)	(234.550)

Fonte dos índices: Relatório Focus - Bacen de 01.10.2011.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

## Notas Explicativas

### c) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$79.146 e R\$ 76.950, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>01.10.2011 a 31.12.2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	13,90	124.518	506.161	482.580	456.139	711.070	2.280.468
BNDES automático	7,58	183.054	119.854	128.912	135.073	1.282.605	1.849.498
Finame	7,99	2.659	7.448	3.817	532	334	14.790
Credores pela concessão	5,23	16.492	63.171	64.887	67.732	191.791	404.073
Leasing	5,95	2.712	6.242	6.657	7.168	5.221	28.000
Banco Volks	16,63	22	90	90	52	-	254
<b>Total</b>		<u>329.457</u>	<u>702.966</u>	<u>686.943</u>	<u>666.696</u>	<u>2.191.021</u>	<u>4.577.083</u>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados

## Notas Explicativas

com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.1.

### a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	30.09.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	1.875.913	277.777	2.153.690	(219.316)	1.934.374
Custos	<u>(1.246.500)</u>	<u>(213.097)</u>	<u>(1.459.597)</u>	<u>229.603</u>	<u>(1.229.994)</u>
Lucro bruto	629.413	64.680	694.093	10.287	704.380
Despesas gerais e administrativas	(84.527)	(14.084)	(98.611)	(18.185)	(116.796)
Outras (despesas) receitas operacionais	528	-	528	7.068	7.596
Receitas financeiras	152.136	831	152.967	(28.953)	124.014
Despesas financeiras	(308.943)	(1.948)	(310.891)	36.196	(274.695)
Variação cambial líquida	-	-	-	<u>(482)</u>	<u>(482)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	388.607	49.479	438.086	5.931	444.017
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(122.706)	(16.569)	(139.275)	(2.228)	(141.503)
Diferidos	<u>(2.805)</u>	<u>(41)</u>	<u>(2.846)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2.847)</u>
Lucro do período	<u>263.096</u>	<u>32.869</u>	<u>295.965</u>	<u>3.702</u>	<u>299.667</u>
	30.09.2010				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	1.548.957	-	1.548.957	51.023	1.599.980
Receita líquida entre segmento	-	198.157	198.157	(198.157)	-
Custos	<u>(997.611)</u>	<u>(161.635)</u>	<u>(1.159.246)</u>	<u>159.090</u>	<u>(1.000.156)</u>
Lucro bruto	551.346	36.522	587.868	11.956	599.824
Despesas gerais e administrativas	(80.028)	(10.270)	(90.298)	(20.131)	(110.429)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.700	-	1.700	1.636	3.336
Receitas financeiras	84.238	779	85.017	(23.050)	61.967
Despesas financeiras	(247.791)	(840)	(248.631)	29.822	(218.809)
Variação cambial líquida	-	-	-	<u>32</u>	<u>32</u>
Lucro operacional antes dos impostos	309.465	26.191	335.656	265	335.921
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(93.320)	(7.662)	(100.982)	(6.606)	(107.588)
Diferidos	<u>(7.105)</u>	<u>931</u>	<u>(6.174)</u>	<u>4.047</u>	<u>(2.127)</u>
Lucro do período	<u>209.040</u>	<u>19.460</u>	<u>228.500</u>	<u>(2.294)</u>	<u>226.206</u>

## Notas Explicativas

## b) Balanços por segmento

Ativos	30.09.2011				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.216.145	16.652	1.232.797	17.934	1.250.731
Contas a receber	87.465	5.262	92.727	(5.277)	87.450
Aplicações financeiras vinculadas	72.199	-	72.199	-	72.199
Contas a receber partes relacionadas	116.750	34.340	151.090	(150.763)	327
Outros circulantes	<u>29.134</u>	<u>9.144</u>	<u>38.278</u>	<u>10.721</u>	<u>48.999</u>
Total circulantes	1.521.693	65.398	1.587.091	(127.385)	1.459.706
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber partes relacionadas	273	-	273	(273)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.070	1.248	98.318	-	98.318
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Outros não circulantes	39.718	94	39.812	5.681	45.493
Imobilizado	14.862	32.013	46.875	5.341	52.216
Intangível	3.682.535	9.773	3.692.308	321	3.692.629
Diferido	<u>106.007</u>	<u>-</u>	<u>106.007</u>	<u>(106.007)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	4.296.465	43.128	4.339.593	(450.937)	3.888.656
Total dos ativos	<u>5.818.158</u>	<u>108.526</u>	<u>5.926.684</u>	<u>(578.322)</u>	<u>5.348.362</u>

Passivos	30.09.2011				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	186.130	5.626	191.756	-	191.756
Debêntures	360.261	-	360.261	-	360.261
Fornecedores	99.742	15.317	115.059	(15.452)	99.607
Obrigações sociais e fiscais	91.528	28.975	120.503	7.411	127.914
Credores pela concessão	64.009	-	64.009	-	64.009
Dividendos propostos	28.885	-	28.885	(28.885)	-
Provisão Manutenção / Investimentos	91.715	-	91.715	-	91.715
Outros circulantes	<u>221.780</u>	<u>2.574</u>	<u>224.354</u>	<u>(142.673)</u>	<u>81.681</u>
Total circulantes	1.144.050	52.492	1.196.542	(179.599)	1.016.943
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.115.368	16.189	1.131.557	-	1.131.557
Debêntures	1.279.049	-	1.279.049	-	1.279.049
Credores pela concessão	295.957	-	295.957	-	295.957
Provisão manutenção/investimento	185.934	-	185.934	-	185.934
Outros não circulantes	<u>418.137</u>	<u>5.337</u>	<u>423.474</u>	<u>(371.000)</u>	<u>52.474</u>
Total não circulantes	3.294.445	21.526	3.315.971	(371.000)	2.944.971
Patrimônio líquido	1.379.663	34.508	1.414.171	(27.723)	1.386.448
Total dos passivos	<u>5.818.158</u>	<u>108.526</u>	<u>5.926.684</u>	<u>(578.322)</u>	<u>5.348.362</u>

Ativos	31.12.2010				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.085.557	5.825	1.091.382	76.906	1.168.288
Contas a receber	92.782	25.437	118.219	(33.791)	84.428

**Notas Explicativas**

Aplicações financeiras vinculadas	96.875	-	96.875	-	96.875
Outros circulantes	<u>97.780</u>	<u>4.123</u>	<u>101.903</u>	<u>(63.816)</u>	<u>38.087</u>
Total circulantes	1.372.994	35.385	1.408.379	(20.701)	1.387.678
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.863	1.288	88.151	-	88.151
Outros não circulantes	10.727	63	10.790	5.164	15.954
Imobilizado	14.341	28.097	42.438	5.676	48.114
Intangível	<u>3.271.159</u>	<u>10.068</u>	<u>3.281.227</u>	<u>353</u>	<u>3.281.580</u>
Total não circulantes	3.739.090	39.516	3.778.606	(344.807)	3.433.799
Total dos ativos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

Passivos	31.12.2010				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.016.959	4.864	1.021.823	(83.545)	938.278
Debêntures	296.085	-	296.085	-	296.085
Fornecedores	87.118	9.356	96.474	(25.350)	71.124
Obrigações sociais e fiscais	67.055	17.490	84.545	6.709	91.254
Credores pela concessão	59.639	-	59.639	-	59.639
Dividendos propostos	51.962	-	51.962	16.688	68.650
Outros circulantes	<u>124.455</u>	<u>1.862</u>	<u>126.317</u>	<u>(14.049)</u>	<u>112.268</u>
Total circulantes	1.703.273	33.572	1.736.845	(99.547)	1.637.298
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	443.458	15.300	458.758	(416.000)	42.758
Debêntures	1.511.421	-	1.511.421	-	1.511.421
Credores pela concessão	316.066	-	316.066	-	316.066
Outros não circulantes	<u>213.271</u>	<u>6.390</u>	<u>219.661</u>	<u>7.492</u>	<u>227.153</u>
Total não circulantes	2.484.216	21.690	2.505.906	(408.508)	2.097.398
Patrimônio líquido	924.595	19.639	944.234	142.547	1.086.781
Total dos passivos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

**30. GARANTIAS E SEGUROS**

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	20.100	24.794	21.825	24.465
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	86.633	108.635	133.985	125.337

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	42.539	62.293	110.096	117.471	89.461

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 41.825.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Autopista Planalto Sul

No dia 10 de outubro de 2011 houve integralização de capital no valor de R\$17.665.885,63 (dezesete milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos) por parte da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil sendo R\$ 17.000 (dezesete milhões de reais) em espécie e o restante em capitalização de créditos que a controladora possuía em 30 de setembro de 2011. Foram emitidas 16.281.923 ações ao preço unitário de R\$ 1,085 (um real e oitenta e cinco centésimos).

#### Litoral Sul

Em cumprimento a decisão judicial proferida pela 2ª Vara Federal de Joinville, nos autos da Ação Civil Pública de nº5001335-62.2011.404.7201/SS, a Sociedade promoveu à meia-noite do dia 4 de novembro de 2011 a redução da tarifa de pedágio nas praças de Garuva (P2) e Araquari (P3), para o valor de R\$1,20 (um real e vinte centavos).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.  
São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e o período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 9 de novembro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour  
Contador  
CRC nº 1 SP 156465/O-9

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 3º trimestre de 2011.

São Paulo, 09 de novembro de 2011.

Ronaldo Fiorini  
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Cysneiros de Moraes  
Conselheiro Fiscal

Luiz Pércles Muniz Michielin  
Conselheiro Fiscal

José Luiz Montans Anacleto Júnior  
Conselheiro Fiscal

Carlos Eduardo de Abreu Sodré  
Conselheiro Fiscal

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho  
Conselheiro Fiscal

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia  
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy  
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain  
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin  
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia  
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy  
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain  
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin  
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo  
Diretor